



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS



EDITAL Nº 026/2026

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 057/2026

OBJETO

Registro de preços para futura e eventual aquisição de insumos e equipamentos laboratoriais.

INÍCIO DA FASE DE LANCES

Dia 22/05/2026 às 09h (horário de Brasília)

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:

INÍCIO: 11/05/2026 às 08:00 horas.

TÉRMINO: 22/05/2026 às 08h30min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS:

INÍCIO: 22/05/2026 às 08h:31min.

TÉRMINO: 22/05/2026 às 08h:59min.

SITE DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO:
<https://nazareno.licitapp.com.br/>

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES DO EDITAL

até 3 dias úteis antes da data de abertura

CONSULTAS AO EDITAL:

<https://nazareno.mg.gov.br/pagina/21034/Editais%202026>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço **POR LOTE**

MODO DE DISPUTA:

Aberto

Poderão participar desta licitação, exclusivamente, Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) que atuem no mesmo ramo do objeto licitado, desde que atendam aos requisitos estabelecidos neste documento. Entretanto, **o lote 03 será de ampla concorrência**, pois seu valor excede o limite estabelecido pelo artigo 48 da Lei Complementar nº 123/06.

REDUÇÃO MÍNIMA:
R\$ 0,01 (UM CENTAVO)

OBS: OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO SERÃO SOLICITADOS APÓS A FASE DE LANCES E NEGOCIAÇÃO, SENDO QUE O LICITANTE TERÁ SOMENTE UMA ÚNICA CHANCE PARA ANEXAR E ENVIAR.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

Devido ao histórico de contratações do Município de Nazareno/MG, a não divulgação do valor estimado permite que a negociação ocorra de maneira natural e não influencie o preço do licitante, trazendo economicidade e por consequência uma proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Conforme fundamentação abaixo e com base no art. 24 da Lei 14.133/2021, transcrito abaixo, a administração não divulgará o preço estimado da contratação neste termo:

“Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso:

I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.”

O orçamento deixará de ser sigiloso para os licitantes na fase de negociação conforme demonstrado abaixo:

Figura 13 - Momento de divulgação do orçamento sigiloso





MUNICÍPIO DE NAZARENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

AVISOS IMPORTANTES

INSTRUÇÕES PARA CADASTRO NO SISTEMA SH3

Cadastro da Empresa e Representante na Plataforma LICITAPP

Caso seja o primeiro acesso da empresa à plataforma LICITAPP, será necessário realizar o cadastro no sistema. O cadastro é realizado uma única vez e permitirá à empresa participar de licitações no Município de Nazareno/MG, bem como em outros municípios que utilizam a plataforma.

Passos para o cadastro da Empresa (Fornecedor):

1. Acessar o sistema no endereço eletrônico: <https://nazareno.licitapp.com.br/login>
2. Selecionar a opção “Ainda não tenho cadastro”, sendo direcionado para a página <https://nazareno.licitapp.com.br/login/novoUsuario>
3. Preencher os dados solicitados e anexar os documentos requeridos pelo sistema.

Observação: este primeiro cadastro refere-se à empresa (fornecedor).

Cadastro do Representante da Empresa:

1. Após a conclusão do cadastro da empresa (fornecedor), acessar o sistema utilizando o CNPJ e a senha cadastrada.
2. Informar o nome e o e-mail do representante (usuário) que será responsável pelo andamento no sistema.
3. Um convite será enviado automaticamente ao e-mail informado, possibilitando que o representante conclua o cadastro e inicie a utilização do sistema.
4. Caso o convite não seja recebido, verificar as pastas de spam ou lixo eletrônico.
5. Para cadastrar novos representantes posteriormente, o procedimento deverá ser iniciado pelo login da empresa (fornecedor), com CNPJ e senha.

Login do Representante:

1. Após o recebimento do convite, o representante deverá acessar a plataforma em <https://nazareno.licitapp.com.br>, selecionar a opção “Entrar” e escolher o perfil “Usuário/Representante”.
2. O login deverá ser realizado com o CPF e a senha cadastrada pelo representante.

Participação nas Licitações:

1. Após o login, o representante terá acesso aos processos de licitação disponíveis.
2. Para participar de determinado certame, deverá selecionar a opção “Participar”, cadastrar a proposta, enviar a documentação exigida e registrar os lances eletrônicos.

Observação: o cadastramento de propostas e o envio de documentos devem ser realizados exclusivamente no perfil “Usuário/Representante”, com CPF e senha. O perfil “Fornecedor” (CNPJ) destina-se apenas ao cadastramento de representantes.

Problemas Comuns no Acesso:

- Verificar se a opção “Usuário/Representante” foi corretamente selecionada.
- Certificar-se de que está sendo utilizado o CPF do representante, e não o CNPJ da empresa.
- Confirmar se a senha utilizada corresponde à cadastrada pelo representante, que pode ser distinta da senha do fornecedor.



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS



EDITAL Nº 026/2026

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 057/2026

Torna-se público que o Município de Nazareno, inscrito no CNPJ sob o número 18.557.561/001-51, sediado na Praça Nossa Senhora de Nazaré, s/n, Centro, na cidade de Nazareno/MG, por meio do Setor de Licitações, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 3.970 e 3.979, ambos de 02 de Janeiro de 2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital. O pregão será conduzido pela Agente de Contratação/Pregoeira, a Srta. Mariane Beatriz Teixeira e Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria nº. 150 de 01 de abril de 2025.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de insumos e equipamentos laboratoriais**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. INSTRUÇÕES PARA CADASTRO NO SISTEMA SH3:

2.1. Para iniciar o cadastro no sistema eletrônico de pregão, será necessário o registro do fornecedor (EMPRESA) e seus respectivos representantes, conforme segue:

2.2. Acessar o painel pregão eletrônico em <https://nazareno.licitapp.com.br/login>;

2.3. Selecionar a opção (ENTRAR), caso não possua acesso, escolher a opção (ainda não tenho cadastro, assim, será direcionado para a página <https://nazareno.licitapp.com.br/login/novoUsuario>). Feito isto, preencher os dados necessários e incluir os documentos solicitados pelo sistema.

OBS: LEMBRANDO QUE NESSE PRIMEIRO MOMENTO O CADASTRO SERÁ REFERENTE A EMPRESA (FORNECEDOR).

2.4. Após a finalização do cadastro principal (FORNECEDOR), fazer o login para acessar o sistema.

2.5. Em seguida preencher o nome e e-mail do representante (USUARIO) que irá dar andamento no sistema, automaticamente um CONVITE será enviado para o e-mail informado, para que o representante (USUARIO) faça a inclusão das informações necessárias e inicie a operacionalização do sistema.

OBS: Sempre que a empresa quiser cadastrar um novo usuário (representante para Sessão), será necessário fazer o login: com a opção Fornecedor, CNPJ e senha.

2.6. Para CADASTRAR A PROPOSTA e enviar a documentação o representante da empresa deverá logar com a opção **Usuário/representante, utilizando o CPF e Senha**, pois, é com este perfil que será anexada a documentação, **PREENCHIDA A PROPOSTA** e enviados os lances eletrônicos da empresa que o credenciou.

3. DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Os licitantes deverão utilizar o sistema SH3 Informática LTDA, para apresentar documentação de habilitação, ofertar a proposta e enviar seus lances.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema SH3 Informática Ltda, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Não poderão disputar esta licitação:

4.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS

4.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.5.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.5.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

4.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O impedimento de que trata o item 4.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.5.2 e 4.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.9. O disposto nos itens 4.5.2 e 4.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.11. A vedação de que trata o item 4.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico SH3, mediante acesso à área do usuário, indicado pelo fornecedor, a proposta com descrição do objeto ofertado, preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2.1. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº. 123/2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública (antes de assinar a proposta/documentos na plataforma do pregão eletrônico, quando não será mais possível nenhuma alteração), os licitantes poderão retirar ou substituir os documentos anteriormente inseridos no sistema.



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS



5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.8. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.8.1. Não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

5.8.2. O proponente tem pleno conhecimento do **objeto licitado** e anuência das exigências constante do edital e seus anexos;

5.8.3. Sob as penas da lei, que até a presente data inexistem **fatos impeditivos** para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

5.8.4. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre **não emprega menor de 16 anos**, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.8.5. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os **requisitos de habilitação** definidos no edital, referentes ao a este pregão.

5.8.6. Sob as penas da Lei, que a empresa não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da **Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006, sendo apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

5.8.7. Que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, **está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social** e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.

5.8.8. Concorda com a realização de **eventuais descontos de impostos** nos termos da legislação vigente.

5.8.9. Nos preços propostos estão incluídas **todas as despesas necessárias** ao cumprimento total do objeto da presente licitação, sem qualquer ônus para Administração Municipal, tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer outros ônus que por ventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

5.8.10. Para fins do disposto neste Edital de Pregão Eletrônico, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico foi elaborada de maneira independente por nós e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar deste Pregão Eletrônico, não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico, quanto a participar ou não da referida licitação;

d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato deste Pregão Eletrônico antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de Prefeitura Municipal de Nazareno, antes da abertura oficial das propostas; e

f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

5.8.11 Para os devidos fins de direito que no ato voluntário de participação do presente Certame, **concordo com a publicidade de dados como Nome, CPF/CNPJ, endereço, representante legal, resultados advindos do Certame**, e outros que se fizerem necessários, em obediência ao preceito constitucional esculpido no caput do art. 37 da Constituição da República de 1988 que preconiza que a administração pública direta e indireta, fundacional e autárquica deve dar publicidade aos seus atos, assim como em obediência ao que determina a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) no inciso III, do art. 2º e no inciso X, do § 3º do art. 7º, cumulado com incisos II, III e IV do mesmo art. 7º da referida lei, que dispõe sobre a viabilidade do uso de dados pessoais nos casos em que a administração pública exerça sua função também através de contratos, convênios ou instrumentos congêneres, como é o caso.

5.8.12 A empresa deverá possuir **pessoal devidamente qualificado, aparelhamento e veículo adequados**, necessários para o cumprimento do objeto da presente licitação. Além disso, deverá disponibilizar empregados especificamente para a entrega e descarregamento dos materiais no local especificado, conforme as orientações definidas pelo contratante.



MUNICÍPIO DE NAZARENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

5.8.13 Para os devidos fins que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não **celebramos contratos** com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.9. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.10.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.10.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.15.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

5.15.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.16.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

5.17. - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18. CABERÁ AO LICITANTE INTERESSADO EM PARTICIPAR DA LICITAÇÃO ACOMPANHAR AS OPERAÇÕES NO SISTEMA ELETRÔNICO DURANTE O PROCESSO LICITATÓRIO E SE RESPONSABILIZAR PELO ÔNUS DECORRENTE DA PERDA DE NEGÓCIOS DIANTE DA INOBSERVÂNCIA DE MENSAGENS EMITIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO OU DE SUA DESCONEXÃO.

5.19. Quando o licitante for convocado no chat para se manifestar em relação a sua proposta ou lance (negociação dos valores ofertados nos lances, informações técnicas ou específicas sobre os produtos, equipamentos ou serviços), terá o prazo de resposta de 10 (dez) minutos, sendo que o não atendimento poderá acarretar em sua desclassificação, exceto no que se trata da convocação para o envio de anexos ou da proposta final realinhada que o prazo de envio é de 02 (duas) horas.

5.20. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante DEVERÁ enviar/anexar a sua proposta formal, conforme modelo contido no ANEXO II do Edital e preencherá de forma idêntica o sistema eletrônico com os seguintes campos:

6.1.1. VALOR UNITÁRIO DO ITEM;

6.1.2. MARCA

6.1.2.1. Se a marca identificar o licitante, substitua por “**MARCA PRÓPRIA**”, sendo critério eliminatório caso haja identificação ou deixe de colocar a marca.

6.1.2.1.1. Nos casos de prestação de serviços, não há necessidade de preencher o campo 'marca'.



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS



6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.2.1. SERÁ DESCLASSIFICADA A PROPOSTA QUE DE QUALQUER FORMA IDENTIFIQUE O LICITANTE.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em seu sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,01 (UM CENTAVO)**.

7.9.1. O LANCE ENVIADO É DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO SEU PROPONENTE, RESPONDENDO O MESMO POR EVENTUAIS LANCES DE FORMA ERRÔNEA.

7.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.12. Adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

7.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS

7.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.20.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.20.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.20.2.2. Empresas brasileiras;

7.20.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS



7.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.21.4. O LICITANTE TERÁ O PRAZO DE ATÉ 2H (DUAS HORAS) PARA ASSINAR A PROPOSTA FINAL NO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO, SOB PENA DE INABILITAÇÃO.

7.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.22. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. Contiver vícios insanáveis;

8.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



MUNICÍPIO DE NAZARENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.13. QUANDO EXIGIR AMOSTRA:

8.13.1. Por meio de mensagem no sistema, serão divulgados os itens, o local e o horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultativa a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.13.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **15%** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela administração.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS



9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

9.11. A verificação pela pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1. OS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA HABILITAÇÃO QUE NÃO ESTEJAM CONTEMPLADOS NO SICAF SERÃO ENVIADOS POR MEIO DO SISTEMA, EM FORMATO DIGITAL, NO PRAZO DE ATÉ 2H (DUAS HORAS), PRORROGÁVEL POR IGUAL PERÍODO, CONTADO DA SOLICITAÇÃO DA PREGOEIRA.

9.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.13.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.13.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14. Na análise dos documentos de habilitação, a pregoeira e sua equipe de apoio poderão sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.

9.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 2 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.



MUNICÍPIO DE NAZARENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 26 e art. 27 do Decreto nº 3.979/24.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido prazo mínimo de **30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.1.1. Havendo quem se manifeste, caberá à Agente de Contratação/Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.1.2. Nesse momento a Agente de Contratação/Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.1.3. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.4. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.4.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.4.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.

12.4.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.4.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS



- 12.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 12.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 12.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://nazareno.licitapp.com.br/>.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 13.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 13.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 13.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 13.1.5. fraudar a licitação
- 13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 13.2.1. advertência;
- 13.2.2. multa;
- 13.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 13.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



MUNICÍPIO DE NAZARENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.1 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do § 4º do art. 44, §4º do Decreto Municipal n.º 3.970, de 2024.

13.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, diretamente na plataforma de realização do pregão.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A ata da sessão pública ficará no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS



15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na plataforma do pregão eletrônico: (<https://nazareno.licitapp.com.br/>) e endereço eletrônico: www.nazareno.mg.gov.br.

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Modelo padrão de proposta de preços

ANEXO III – Declaração unificada

ANEXO IV – Minuta da Ata de registro de preços

ANEXO V – Minuta de Contrato

Nazareno, 24 de abril de 2026.

Eduardo Luiz Pereira Junior

Assessor Especial de Governança em Licitações e Contratos

CPF: 110.806.516-32



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência, tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos laboratoriais, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O quadro abaixo apresenta as especificações e quantidades do objeto a ser licitado:

Lote	Ordem	Quant.	UN.	Especificação
1	1	2	UN	00000036801- FILTRO PARA ESTAÇÃO 0,22MC de tratamento de água 0,22 MICRA
	2	3	UN	00000036802- FILTRO PARA ESTAÇÃO 1MC de tratamento de água 1 MICRA
	3	6	UN	00000036803- FILTRO PARA ESTAÇÃO 5MC de tratamento de água 5 MICRA
	4	3	UN	00000036804- FILTRO PARA ESTAÇÃO CARBON BLOCK de tratamento Carbon block
	5	2	UN	00000019566- SISTEMA DE TRATAMENTO DE AGUA AQ400-4
	6	4	UN	00000039683- MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ÁGUA, MAO DE OBRA, DESLOCAMENTO e sanitização.
2	7	33	CX	00000048293- M-53 D DILUENT 20 LITROS
	8	2	UN	00000038179- M-53 CLEASER 1000ML
	9	3	CX	00000048290- M-53 LH LYSE 500 ML
	10	7	UN	00000038180- M-53 LEO (I) LYSE 1000 ML
	11	5	CX	00000048291- M-53 LEO (II) LYSE 200 ML
	12	10	UN	00000024535- M53P PROB CLEASER 50 ML.
	13	5	CX	00000048289- CONTROLE HEMATOLOGICO 5P CONTROL CONTROLE HEMATOLOGICO 5P Controle hematológico 5P, com valores para o aparelho HEMATOCLIN 5.4 ou MINDRAY 5.380. Similares ao Mindray ou Bioclin.
3	14	15	UN	00000038242- PACK REAGENTE HUMALYTE PLUS 05
	15	10	UN	00000038243- SOLUÇÃO QC QC SOLUTION - HUMALYTE PLUS - 100 ml
	16	5	UN	00000039669- SOLUÇÃO CONDICIONADORA SODIO - HUMALYTE plus - 100 ml
	17	5	UN	00000038245- SOLUÇÃO DE ENCHIMENTO Na / Cl / pH - Humalyte Plus - 100mL
	18	5	UN	00000038246- SOLUÇÃO DE ENCHIMENTO Cálcio - Humalyte Plus - 100mL
	19	5	UN	00000038247- SOLUÇÃO DE ENCHIMENTO. Potássio - Humalyte Plus - 100mL
	20	5	UN	00000039670- SOLUÇÃO ENCHIMENTO REFERENCIA - HUMALYTE Plus - 100mL
	21	10	UN	00000039671- SOLUÇÃO LIMPEZA WEEKLY CLEANING - HUMALYTE Plus - 100mL
	22	5	UN	00000038250- MEMBRANA DE REFERÊNCIA 17470/19 - Humalyte Plus - 10 Unid
	23	5	UN	00000038251- ELETRODO POTASSIO - Linha HUMALYTE PLUS
	24	5	UN	00000038252- ELETRODO SODIO Linha HUMALYTE PLUS
	25	5	UN	00000038253- ELETRODO CLORO Linha HUMALYTE PLUS
	26	5	UN	00000038254- ELETRODO CALCIO Linha HUMALYTE PLUS
	27	5	UN	00000038255- ELETRODO PH Linha HUMALYTE PLUS
	28	5	UN	00000038256- ELETRODO REFERENCIA Linha HUMALYTE PLUS
	29	5	UN	00000038257- ELETRODO INTERNO Linha HUMALYTE PLUS
	30	20	UN	00000039672- PAPEL TERMICO 58X20 - LINHA HUMALYTE PLUS



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS

4	31	10	KIT	00000038259- TNI TROPONINA PARA POINT OFF CARE ECO Sistema de Imunoensaio Fluorescente
	32	10	KIT	00000038260- CK-MB para point off care ECO Sistema de Imunoensaio Fluorescente
	33	5	UN	00000039673- D-DIMERO POINT OFF CARE ECO SISTEMA DE Imunoensaio fluorescente
	34	5	UN	00000039674- B-HCG POINT OFF CARE ECO SISTEMA DE Imunoensaio Fluorescente
5	35	5	CX	00000038217- TESTE DE GRAVIDEZ DETERMINAÇÃO POR TIRA REATIVA, QUALITATIVA, DA GONADOTROFINA CORIONICA, através de anticorpos monoclonais e policlonais, com a formação de uma reação antígeno-anticorpo, em amostras de soro ou urina, reação com sensibilidade de no mínimo 25 mu/ml, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, rotulo com nr. de lote, validade e temperatura de estocagem
6	36	40	KIT	00000038218- REAGENTE PARA DIAGNOSTICO CLINICO Tipo de análise: determinação de TEMPO DE ATIVIDADE DE PROTROMBINA (TAP) com ISI, método: coagulometria, apresentação: teste. Na embalagem deverá constar o número do lote, data de validade e registro no M.S. Com validade na data de entrega de no mínimo 2/3 do prazo de validade total.
7	37	30	KIT	00000038219- TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTPA) 100 testes com RNI Reagente para diagnóstico clínico - tipo de análise: determinação de TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTPA), método: coagulometria, apresentação: teste. Na embalagem deverá constar o número do lote, data de validade e registro no M.S. Com validade na data de entrega de no mínimo 2/3 do prazo de validade total
8	38	100	CX	00000038220- KIT SANGUE OCULTO Finalidade: Método para determinação rápida de Sangue Oculto, somente para uso diagnóstico in vitro, Amostra: Fezes, Descrição: Teste rápido para pesquisa de sangue oculto nas fezes, qualitativo, imunocromatográfico, c/ capacidade mínima para 20 determinações, embalagem contendo dados de identificação do produto, data de fabricação e validade, Unidade de Fornecimento: Kit
9	39	10	KIT	00000038221- TESTE EM LAMINA P/ FR (FATOR REUMATOIDE) látex no soro (c/controle pos,neg) 50 testes reagente para diagnóstico clínico 5, tipo conjunto completo, tipo de análise quantitativo de fator reumatóide, método aglutinação em látex, apresentação teste
10	40	200	KIT	00000038222- PROTEINA C REATIVA- (PCR) Finalidade: Método para determinação da PCR, para uso em diagnóstico in vitro, Amostra: Soro humano obtido livre de hemólise, Descrição: Conjunto de reagente e soros controles (positivo e negativo) para determinação da Proteína C Reativa, teste qualitativo e semi-quantitativo, por aglutinação indireta, aplicação manual, armazenado de 2-8°C, c/ capacidade para até 100 testes, embalagem contendo dados de identificação do produto, data de fabricação e validade, Unidade de Fornecimento: Kit
11	41	20	CX	00000038223- KIT DISPOSITIVO PARA TESTE DE MIOGLOBINA/CK -MB/Troponina I em um Só Passo (Sangue Total/Soro/Plasma) é um imunoensaio cromatográfico rápido para a detecção qualitativa de Mioglobina humana, CK-MB e Troponina I cardíaca em sangue total, soro ou plasma para ajudar no diagnóstico do infarto do miocárdio (MI)
12	42	3	KIT	00000019621- TESTE RAPIDO ANTI- HIV I E II C MÍNIMO 25 TES Teste rápido anti- HIV I e II com mínimo 25 testes
13	43	100	KIT	00000019622- TESTE RAPIDO PARA DENGUE (IGG E IGM) Teste rápido para dengue (IgG e IgM) com no mínimo 20 testes
14	44	100	KIT	00000043444- TESTE RAPIDO PARA DENGUE (NS1) com no mínimo 20 testes
15	45	30	KIT	00000038224- TESTE RAPIDO PARA ANTI-HBSAG Imunocromatografia com no mínimo 80 testes.
16	46	10	KIT	00000038225- REAGENTE PARA VDRL (pronto para uso sem inativação do soro) reagente para diagnóstico clínico 5, tipo suspensão de antígenos para triagem de vdr, método floculação, características adicionais pronto para uso, apresentação teste
17	47	100	KIT	00000038233- TESTE RAPIDO POR IMUNOCROMATOLOGRAFIA PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTÍGENOS DE SARS COV 2, COVID. 25 DISPOSITIVOS DE TESTE COM DESSECANTE EM BOLSA INDIVIDUAL TAMPÃO 1X9ML, FRASCO, 25 TUBOS DE EXTRAÇÃO 25 TAMPAS DE TUBO DE EXTRAÇÃO, 01 SWAB CONTROLE POSITIVO, 01 SWAB CONTROLE NEGATIVO, 25 SWABS NASOFARÍNGEOS ESTERILIZADOS PARA COLETA DE AMOSTRA 01 SUPORTE PARA TUBOS 01 GUIA DE REFERÊNCIA RÁPIDA NASOFARÍNGEA. SENSIBILIDADE E ESPECIFICIDADE ACIMA DE 94 POR CENTO. REGISTRO ANVISA, LAUDO DO INCQS
18	48	50	UN	00000038181- ADAPTADOR DE PLASTICO REUTILIZAVEL DE COLETA

PREFEITURA MUNICIPAL DE



Praça Nossa Senhora de Nazaré s/nº - Centro
Nazareno/MG - CEP: 36.370.000 - Tel. 0800 135 1100
CNPJ: 18.557.561/0001-51 - INSC. EST.: ISENT0



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS



				A VACUO NAO ESTERIL- Para agulha de coleta de sangue a vácuo e tubos 13 mm e 16 mm ou aproximados, flange, marca guia e exclusivo dispositivo de segurança junto a base do adaptador. Quando acionado descarta automaticamente a agulha para coleta múltipla de sangue a vácuo, que se acopla através de rosqueamento assim como é feito com os outros adaptadores da linha. Pode ser reutilizado até no máximo 100 vezes, quando então, deverá ser descartado em coletor próprio conforme normas vigentes
19	49	50	CX	00000038183- AGULHA COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA 25 X 7 Agulha para coleta de sangue a vácuo com dispositivo de segurança que após acionado recobrirá completamente a agulha garantindo total biossegurança. Agulha medindo 25x7 ou 30 x 7 (22G), Uso em análises clínicas, com bisel trifacetado, siliconizada, estéril. Apresentação: A cada 100 agulhas fornecidas é necessário o fornecimento de 01 adaptador plástico, reutilizável, não estéril, para agulha de sangue a vácuo e tubos 13 mm e 16 mm, flange, marca guia e dispositivo de segurança junto à base do adaptador, diferenciado pela cor verde. Quando acionado, descarta automaticamente a agulha. Objetivo: atender à NR 32 - todo material perfuro cortante deve ter dispositivo de segurança. Prazo final para adequação: Novembro 2010. CAIXA COM 100
20	50	100	CX	00000038182- AGULHA COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA 25 X 8 Agulha para coleta de sangue a vácuo com dispositivo de segurança (na própria agulha ou acompanhado de adaptador de segurança) que após acionado recobrirá completamente a agulha garantindo total biossegurança. Agulha medindo 25x8 ou 30 x 8 (21G), Uso em análises clínicas, com bisel trifacetado, siliconizada, estéril. Apresentação: A cada 100 agulhas fornecidas é necessário o fornecimento de 01 adaptador plástico, reutilizável, não estéril, para agulha de sangue a vácuo e tubos 13 mm e 16 mm. Objetivo: atender à NR 32 - todo material perfuro cortante deve ter dispositivo de segurança. Prazo final para adequação: Novembro 2010. CAIXA COM 100
21	51	3	VIDRO	00000038184- ANTI-A SOROCLONE ANTI-A MONOCLONAL P/determinação do grupo sanguínea ABO. Teste em lamina ou microtubos - Frasco c/ 10 ml - Procedência: Nacional - Reg. MS
22	52	3	VIDRO	00000038185- ANTI-B (ABO2) SOROCLONE ANTI-B MONOCLONAL P/determinação do grupo sanguínea ABO. Teste em lamina ou microtubos - Frasco c/ 10 ml - Procedência: Nacional - Reg. MS
23	53	3	VIDRO	00000038186- ANTI-D (RH1)) soro específico p/ antígenos do sistema rh anticorpos policlonais ou monoclonais, do tipo anti RH(D), reativo em hemaglutinação em lamina, tubos, microtubos, rotulo com n.de lote, data de fabricação, procedência, validade, em língua portuguesa, controle obrigatório.
24	54	4	UN	00000038234- AUTOCLAVE C/ ESTERILIZAÇÃO A VAPOR (características mínimas/aproximadas): autoclave para esterilização a vapor, possui programa de esterilização, secagem com porta entreaberta, conta com sistema de segurança, sistema com micro controlador, capacidade aproximada de 21 litros com bandejas, câmara em alumínio ou inox, modelo horizontal, capacidade no mínimo 21 litros alumínio ou inox desaeração e despressurização: automática ciclo de secagem eficiente, secagem extra. Potencia 1600watts voltagem 110v volts, sistema de segurança:. Componentes: 03 bandejas em alumínio e câmara em inox e registro na ANVISA.
25	55	5	UN	00000039675- CAIXA TÉRMICA PARA TRANSPORTE DE VACINA, SANGUE, REMEDIOS MATERIAL POLIURETANO, 1.2Kg, COMPRIMENTO 29 cm, LARGURA 21cm, ALTURA 28cm 15L COM TERMÔMETRO DIGITAL SIMPLES E CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO DE 2° A 8°, TEMPERATURA ESTAVEL POR 24HORAS FAIXA DE TEMPERATURA DE -50 + 110°C
26	56	2000	TUBO	0000004058- COLETA A VACUO SEM ANTICOAG. 5ML(TAMPA VERMEL
27	57	375	UN	00000038214- COLETOR DE RESIDUO CORTANTE RÍGIDO DE RESÍDUOS PERFUROCORTANTES, COM CAPACIDADE DE 7 LITROS, constituído de plástico polipropileno rígido, projetado de forma a permitir autoclavagem e incinerações em conformidade com os órgãos estaduais de saúde pública e controle ambiental, na cor amarela translúcida podendo ser visualizado o conteúdo. A tampa e bocal deve evitar o contato e o retorno do material descartado sobre tampa, de fechamento seguro livre de vazamentos. Apresentar o símbolo internacionalmente normatizado para material infectante e linha demarcatória de enchimento, assim como demais identificações e advertências (número de Registro no Ministério da Saúde) na cor preta impressa de tinta atóxica e aprotéica. O coletor deve possuir alças para transporte ou encaixe para as mãos. Exigência registro na ANVISA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atender as normas da NR-32 e RDC-306, conforme portaria CVS n.21, de 10/09/2008, UNID. DE MEDIDA: Unitário
28	58	750	UN	00000038215- COLETOR DE RESIDUO CORTANTE, RÍGIDO DE RESÍDUOS PERFUROCORTANTES, COM CAPACIDADE DE 13 LITROS, constituído de plástico polipropileno rígido, projetado de forma a permitir autoclavagem e incinerações em conformidade com os órgãos estaduais de saúde pública e controle ambiental, na cor amarela translúcida podendo ser visualizado o conteúdo. A tampa e bocal deve evitar o contato e o retorno do material descartado sobre tampa, de fechamento seguro livre de vazamentos. Apresentar o símbolo internacionalmente normatizado para material infectante e linha demarcatória de enchimento, assim como



MUNICÍPIO DE NAZARENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

				demais identificações e advertências (número de Registro no Ministério da Saúde) na cor preta impressa de tinta atóxica e aprotogênica. O coletor deve possuir alças para transporte ou encaixe para as mãos, exigências registro na ANVISA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atender as normas da NR-32 e RDC-306, conforme portaria CVS n.21, de 10/09/2008, UNID. DE MEDIDA: Unitário
29	60	15	FRS	00000038191- CORANTE HEMATOLOGICO PANOTICO RAPIDO Nº 1
30	61	50	UN	00000039678- CORANTE TIPO CONJUNTO REAGENTE PARA COLORAÇÃO de gram, aspecto físico líquido, características adicionais, 4 frascos de 100ml separados contendo, composição cristal violeta, lugol, etanol-acetona, fucsina básica
31	62	50	KIT	00000038192- CORANTE, TIPO CONJUNTO CORANTE HEMATOLOGICO panótico rápido, aspecto físico líquido, características adicionais frascos separados contendo, composição 0,1% de ciclohexadienos, 0,1% de azobenzosulfônicos, componentes adicionais 0,1% de fenotiazinas. Descrição Complementar: - Composição 3x500ml 01 frasco de 500ml nº 1: compõe-se por uma solução de triarilmetano a 0,1% 01 frasco de 500ml nº 2: compõe-se por uma solução de xantenos a 0,1% 01 frasco de 500ml nº 3: compõe se por uma solução de tiazinas a 0,1%
32	63	30	UN	00000039679- CURATIVO PÓS COLETA INFANTIL INDIVIDUAL, caixa com 500 unidades, utilizados para hemostasia, após realização de punções venosas, e em caso de feridas superficiais
33	64	50	UN	00000039193- PESQUISA DE ELEMENTOS ANORMAIS SEDIMENTO DA URINA
34	65	30	CX	00000038194- CUVETA PARA FIBRINOMETRO Quick Timer Drake, do tipo volume reduzido cubeta, aplicação para coagulômetro, material* poliestireno. Descrição complementar Cubetas reduzidas para coagulômetro Quick Timer/ Clotimer/Fibrintimer
35	66	50	KG	00000038195- DESINCROSTANTE de instrumentos médicos e utensílios de uso laboratorial. Concentrado para limpeza de vidrarias, artigos médicos hospitalares e odontológicos. Composição: fosfato trissódico, tensoativo não tônico e sequestrante. Embalagem 1 kg
36	67	2000	UN	00000039676- ESCALPE, APLICAÇÃO: VENOSO, CONECTOR: Conector Padrão C/ Tampa, Diâmetro: 23 GAU, Componente Adicional: C/ Asa De Fixação, Tubo Extensor, Componente 1: C/ Adaptador Coleta À Vácuo, Componente 2: C/ Sistema Segurança Segundo Nr/32, Tipo Uso: Estéril, Descartável, Embalagem Individual, Material Agulha: Agulha Aço Inox
37	68	200	UN	00000039680- ESCOVA LABORATORIO, FORMATO CILINDRICA, material cabo, arame, material cerda cerdas naturais, diâmetro 10mm, comprimento 25cm
38	69	10	UN	00000038196- ESTANTE PLASTICA PARA 90 TUBOS com capacidade de 5 ml
39	70	100	FRS	00000038197- FITAS OU TIRAS DE TESTE PARA URINALISE tiras de testes para urinálise com qualidade estabelecida e comprovada. Investiga, diagnostica e trata doenças de forma imediata. Resultados confiáveis e precisos. Usada para testes visuais e nos equipamentos. Detecta baixas concentrações de glicose e eritrócitos/hemoglobina /510 ery/ml/ na presença de vitamina c. evita repetição do teste e resultado falso negativo em glicose e sangue, mesmo com altos níveis de ácido ascórbico até 40 mg/l. com aplicação de uma camada de tela impregnada de iodato. Redução de risco de resultados falsos por compensação de forte colaboração intrínseca da urina com disponibilidade de uma almofada de compensação de cor. facilidade de análise com tempo de leitura consistente de 60 segundos para todos os parâmetros. manuseio avançado e higiênico da tira de teste com possibilidade de leitura na extremidade inferior compatível com o analisador de urinálise de bancada semiautomático
40	71	2000	UN	00000039681- FRASCO COLETOR, TIPO UNIVERSAL, MATERIAL plástico, transparente, capacidade de 50ml, tampa rosqueável (vermelha) estéril, descartável, embalagem individual
41	72	20	UN	00000038202- FRASCO COLETOR, TIPO URINA 24H material plástico opaco, capacidade cerca de 2000 mL, tipo tampa: tampa rosqueável, graduação: graduado, tipo uso: descartável
42	73	100	CX	00000038198- LAMINAS PARA MICROSCOPIA COM 50 UNID lamina de vidro para microscopia, lisa lapidada, medindo 26 x 76 mm, cx c/50 unidades
43	74	30	CX	00000038199- LAMINULAS 22X22MM PARA MICROSCOPIA Caixa com 100 unidades. Fabricadas em vidro translúcido de alta qualidade; Superfície sem bolhas ou imperfeições; Embaladas em caixas plásticas com sachê de sílica. Espessura: 0,13 - 0,16 mm
44	75	20	UN	00000038230- LAMPADA DE 6V - 20W EM HALOGÊNIO. LAMPADA DE 6V - 20W EM HALOGÊNIO PARA MICROSCÓPIO NIKON ECLIPSE 200
45	76	2	UN	00000043445- MICROPIPETA, CAPACIDADE ASPIRAÇÃO: ATE 10 MCL tipo: monocanal, mecânica, ajuste: volume fixo, componentes, com ejetor de ponteira, suporte, adicional: autoclavável



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS



46	77	10	UN	00000039668- MICROPIPETA, CAPACIDADE ASPIRAÇÃO: ATE 100 mcl, tipo: monocal, mecânica, ajuste: volume fixo, componentes, com ejetor de ponteira, suporte, adicional: autoclavável
47	78	2	UN	00000038208- MICROPIPETA, CAPACIDADE ASPIRAÇÃO, até 1000 mcl, tipo: multicanal, mecânica, ajuste: volume regulável, componentes: com ejetor de ponteira, características adicionais: canais, adicional: autoclavável
48	79	2	UN	00000038207- MICROPIPETA, CAPACIDADE ASPIRAÇÃO: até 1000mcl, tipo: monocal, mecânica, ajuste: volume fixo, componentes com ejetos de ponteira, suporte, adicional: autoclavável
49	80	5	UN	00000039667- MICROPIPETA, CAPACIDADE ASPIRAÇÃO: ATE 50 MCL tipo: monocal, mecânica, ajuste: volume fixo, componentes, com ejetor de ponteira, suporte, adicional: autoclavável
50	81	20	L	00000038200- MIF - SOLUÇÃO PRESERVANTE para fezes - Frasco com 1000 ml, validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega
51	82	10	UN	00000039666- OLEO DE IMERSÃO, uso para microscopia, aspecto físico líquido límpido, transparente, densidade 1,515. FRASCO 100 mL
52	83	20	UN	00000038227- PIPETA DE WESTERGREEN Desenvolvida especificamente para teste hematológico de VHS
53	84	10	UN	00000038211- PONTEIRA DESCARTAVEL; VOLUME 200 a 1000 Microlitros; Confeccionada Em Polipropileno; Incolor, Esteril, Atóxica e Apirogenica; Isenta de Dnase, Rnase, Minerais Ou Metais Pesados; Encaixe Universal; Compatível Com Micropipetas do Tipo Eppendorf, Research 1000 e Gilson1000; Com Filtro Localizado a 1,5 Cm do Inicio Da Ponteira; Com Base Que Proporcion Perfeito Ajuste a Micropipeta; Acondicionado Em Rack Adequado Que Garanta a Integridade do Produto; Rotulo Com Nome do Produto, Numero de Lote, Data de Fabricação e Procedência
54	85	50	UN	00000038210- PONTEIRA DESCARTAVEL Volume até 200 microlitros, Em Polipropileno, Estéril; Natural; Encaixe Universal; Livre de Dnase, Rnase, Protease e Apirogenica, Com Superfície Lisa e Uniforme; Com Filtro e Orifício Exatamente Centrado; Com Base Que Proporcion Perfeito Ajuste a Pipeta, Compatível Com Pipeta Biohit; Acondicionado Em Racks Com Tampa; Rotulo Com Nr Lote, data de Fabricação, procedência
55	86	5	UN	00000019614- PROVETA DE VIDRO GRADUADA DE 1000ML
56	87	5	UN	00000019613- PROVETA DE VIDRO GRADUADA DE 250ML
57	88	1000	FRS	00000038201- SISTEMA DE COLETA DE FEZES compreende o frasco plástico, coletor (pazinha), conservante biodegradável, ou seja que não agrida ao meio ambiente, não tóxico, não prejudique a saúde dos funcionários (biossegurança), dupla filtragem, ofertando sedimento altamente limpo para análise microscópica, com filtragem de 266 micras. O material é depositado diretamente na lâmina com um dosador de gotas. O frasco é embalado individualmente em embalagens plásticas com as orientações da coleta. Os conservantes utilizados têm a propriedade de fixar e manter íntegra as estruturas de ovos, larvas e cistos por um período de até 30 dias em temperatura ambiente, sem a necessidade de refrigeração, além de contribuir para evitar a deformação de tais elementos durante o processo de concentração. Sistema PARATEST, CÔPROTEST e/ou similares. Amostra para testar.
58	89	2	UN	00000038231- SUPORTE EM ACRILICO PARA 05 MICROPIPETAS.
59	90	2	UN	00000038226- SUPORTE PARA EXECUÇÃO DE ENSAIO HEMATOLOGICO de VHS, com base metálica, haste e parafusos em aço inoxidável. Capacidade 10 provas
60	91	2	UN	00000015404- TERMOMETRO PARA ESTUFA
61	92	20	UN	00000026905- TORNIQUETE ELASTICO Tornado elástico com trava para coleta de sangue
62	93	10000	TUBO	00000038187- TUBO COLETA DE SANGUE A VACUO COM EDTA K2 ou K3 - Características: tubo para coleta de sangue a vácuo, em plástico P. E. T., transparente, incolor, estéril, medindo aproximadamente 13x75mm, aspiração de 2 a 3ml, com EDTA. Tubo não siliconizado, rolha de borracha siliconizada com tampa plástica protetora na cor roxa. Embalagem: bandeja em isopor ou similar, revestido em plástico, contendo 100 unidades cada, contendo dados de identificação do produto, lote, validade, registro no MS.
63	94	10000	TUBO	00000038189- TUBO COLETA DE SANGUE A VACUO COM GEL SEPARADOR - características: tubo para coleta de sangue a vácuo, em plástico P.E.T., transparente, incolor, estéril, medindo aproximadamente 13 x 100 mm, aspiração de 3 a 5ml com gel separador com base acrílica e ativador de coágulo. Tubo não siliconizado, rolha de borracha siliconizada, com tampa plástica protetora na cor amarelo ouro ou vermelha. Embalagem: bandeja em isopor ou similar, revestido em plástico, contendo 100 unidades cada, contendo dados de identificação do produto, lote, validade, registro no MS
64	95	100	UN	00000038212- TUBO DE CENTRIFUGA COM ESCALA Finalidade: Tubo para centrifugação de urina para separação do sedimento urinário,



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS

				Material: vidro transparente de fundo cônico ,com marca de graduação, não estéril, sem tampa, Capacidade: 12 mL, Unidade de Fornecimento: Unidade
65	96	1000	UN	00000038213- TUBO DE ENSAIO EM VIDRO COM FUNDO ARREDONDADO Tubo de ensaio 25x150mm, capacidade de 55 ml, Fabricados com espessura ideal da parede, resistentes ao calor e quimicamente testados. Fundo redondo; Estilo simples; Sem tampa; Reutilizável; Não estéril; Juntas polidas a fogo; Ponto de marcação em branco;
66	97	150	BANDEJA	00000048292- TUBO PARA COLETA DE SANGUE A VÁCUO COM CITRATO DE SÓDIO 3,2% - características: tubo para coleta de sangue a vácuo, em plástico P.E.T., transparente, incolor, estéril, medindo aproximadamente 13 x 75mm, aspiração de 2 a 4ml, com Citrato de sódio. O tubo deve possuir uma linha indicatória gravada no próprio tubo que assegura o volume a ser colhido, o tubo deve ter aspiração total. Tubo não siliconizado, rolha de borracha siliconizada, com tampa plástica protetora na cor azul claro. Embalagem: bandeja em isopor ou similar, revestido em plástico, contendo 100 unidades cada, contendo dados de identificação do produto, lote, validade, registro no MS, e que atenda as demais normas vigentes e pertinentes ao produto.
67	98	10	KIT	00000043446- KIT ASLO, AGLUTINAÇÃO EM LATEX para determinação qualitativa sem diluição e semiquantitativa de anticorpos anti estreptolisina "O" no soro. N.º testes: 50. O kit deverá conter os controles positivo e negativo
68	99	2	UN	00000043447- MICROSCÓPIO BINOCULAR com iluminação transmitida com LED, para campo claro, ótica infinita, lentes com tratamento antifungo, estativa e engrenagens em metal, composto de: estativa de alumínio anodizado com fonte de alimentação integrada estabilizada de 12 V DC ou mais potente, 100...240 V AC, 50...60 Hz, bivolt automático, entrada USB 5V, sequência de LEDs laterais, dos lados esquerdo e direito, para demonstração de intensidade luminosa; revolver reverso, voltado para a estativa, para 4 objetivas; botões bilaterais para controle de foco micrométrico e macrométrico; suporte para condensador com movimento vertical; botão para controle de intensidade luminosa próximo ao controle de foco.
69	100	1	UN	00000047862- ESTUFA LABORATORIO MATERIAL: gabinete aço inox, ajuste: ajuste digital, c/ painel de controle, programável, capacidade: cerca de 40L, temperatura: até 70º, componentes: c/ até 3 bandejas, porta vidro interna, adicional: c/ vedação; Garantia: 12 meses.
70	59	2	UN	00000026902- CONTADOR DIFERENCIAL DE CELULAS SANGUINEAS CONTADOR DIFERENCIAL DE CÉLULAS SANGUÍNEAS -Realiza a contagem diferencial, os valores absolutos e os índices hematimétricos. -Possui 12 teclas (10 para contagem e 2 para funções).-Conta separadamente os eritroblastos.-Dotado de alarme sonoro e bloqueio automático para 100 células contadas.-Funcionamento em 110/220 Volts. -GARANTIA DE 12 MESES E CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DO FABRICANTE

OBSERVAÇÃO: As marcas descritas em alguns itens são referenciais. A contratada deverá fornecer as marcas de referência indicadas nos itens, similares ou equivalentes, visto que se trata de padronização de serviços laboratoriais e bom funcionamento das máquinas já existentes no município, portanto os produtos devem ser compatíveis para continuidade dos serviços já prestados. As marcas ofertadas devem garantir a excelência nos resultados dos exames pretendidos, sem prejuízo desses para a população. Visto que se trata de questão de saúde pública.

JUSTIFICATIVAS DOS LOTE

Lote01

O sistema de tratamento e os filtros são essenciais para garantir a qualidade da água utilizada tanto no aparelho Bioclin 3 quanto nos demais testes laboratoriais. Esses filtros devem ser substituídos conforme as recomendações de manutenção. No prazo de um ano, deverá ser realizada a manutenção preventiva do Sistema de Tratamento de Água Grau Reagente ARLC (antiga classificação Tipo I e II), modelo AQ-400, de propriedade da Prefeitura.

Lote 02

O Município possui o equipamento hematológico HEMATOCLIN, fabricado pela empresa Mindray. Os reagentes utilizados são de uso interno do equipamento, ou seja, passam por sua tubulação. Para garantir o bom funcionamento e, principalmente, a precisão dos resultados, os reagentes deverão ser os especificados abaixo. O fornecedor deverá manter um técnico disponível para assessoria quanto à manutenção do aparelho e ao uso dos reagentes.

HEMATOLOGIA AUTOMATIZADA (COMPATÍVEL COM O APARELHO BC5380), COM SERVIÇO DE ACESSORIA CIENTÍFICA PARA O EQUIPAMENTO.)

Lote 03

O Município possui o equipamento de íons HUMALYTE PLUS 5, cujos reagentes são de uso interno. Para garantir a manutenção da garantia fornecida pelo fabricante e o pleno funcionamento do equipamento, os



MUNICÍPIO DE NAZARENO

ESTADO DE MINAS GERAIS



reagentes deverão ser os especificados abaixo. O vencedor do lote deverá disponibilizar um técnico para assessoria quanto à manutenção do aparelho e ao uso dos reagentes.

Lote 04

Excepcionalmente, os itens 31 a 34 foram agrupados no Lote 4, por se tratarem de reagentes, controles e insumos específicos para utilização no equipamento ECO Reader F200 – SD Biosensor, constituindo um sistema técnico integrado e interdependente. A aquisição desses itens de forma separada pode comprometer a compatibilidade, a confiabilidade dos resultados, a garantia do equipamento e a continuidade dos serviços laboratoriais.

Assim, o agrupamento se justifica por razões técnicas, nos termos do art. 40, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

Julgamento dos demais lotes

Os demais itens foram agrupados em lotes, sendo cada lote composto por um único item, em razão da dinâmica operacional, que não permite a combinação, no mesmo procedimento licitatório, dos critérios de julgamento por menor preço por item e por menor preço por lote. Ressalta-se que os materiais mencionados são essenciais para o funcionamento diário do Laboratório Municipal, sendo possível sua aquisição de forma parcelada, conforme a demanda.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Justificativa da contratação

O Município de Nazareno possui laboratório próprio que atende a uma grande demanda de exames mensais, desta forma, faz-se necessário a aquisição de materiais de consumo imprescindíveis à manutenção das atividades conforme as justificativas técnicas ora apresentadas. Ressalta-se também que a aquisição dos novos equipamentos visa modernizar, diminuir a realização de exames terceirizados e ainda substituição de equipamentos passíveis de problemas.

A presente contratação se dá para a compra de suprimentos laboratoriais necessários ao município, garantindo suporte adequado para exames e práticas laboratoriais. Esses suprimentos são essenciais para realizar análises clínicas com precisão e segurança, ajudando na identificação precoce de doenças e na conformidade com normas de saúde pública.

A demanda por esses materiais tem crescido devido ao aumento dos pedidos de exames, principalmente os de urgência e emergência. A aquisição de suprimentos é vital para manter a qualidade dos serviços de análises clínicas, permitindo diagnósticos rápidos e precisos.

A falta de estoque regular pode afetar o atendimento, representando um risco à saúde pública. A compra planejada desses materiais assegurará o funcionamento do laboratório, permitindo exames seguros e confiáveis.

2.1. Normativos

Será norteadas a partir dos seguintes normativos:

- a) Lei 14.133/2021;
- b) Decreto nº 3.970 de 02 de janeiro de 2024, que regulamenta critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para contratação de bens, serviços e obras.
- c) Decreto nº 3.979 de 02 de janeiro de 2024, que regulamenta o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Considerando as características da aquisição de materiais de consumo médico-laboratoriais do Laboratório Municipal de Análises Clínicas de Nazareno, pode-se sugerir a utilização da modalidade de Pregão Eletrônico.

3.2. Esta modalidade é especialmente adequada para a aquisição de bens e serviços comuns, como materiais laboratoriais, e oferece agilidade, transparência e foco na obtenção do melhor preço para a administração pública.

3.3. Além disso, o pregão eletrônico permite a ampla participação de fornecedores, promovendo a competitividade e favorecendo a obtenção de condições mais vantajosas para o Laboratório Municipal de Análises Clínicas de Nazareno.

3.4. Com base na análise das alternativas mencionadas acima, conclui-se que a solução mais adequada e vantajosa ao atendimento da demanda é a busca por fornecedores ; Empresas Especializadas em Saúde e ou Fabricantes Diretos através de processo de compra, por licitação do objeto, sendo realizada por pregão eletrônico para registro de preços, já que as quantidades foram estabelecidas de maneira estimativa para atender demanda de urgência e emergência não sendo possível prever quantitativo preciso dos bens a se adquirir possuindo o objeto quantidade variáveis ;os pedidos serem de forma parcelada, de acordo com a necessidade e demanda, os quais o Laboratório Municipal de Análises Clínicas de Nazareno não pode ficar sem acesso para compra.

3.5. O Sistema de Registro de Preços oferece uma solução para atender as necessidades variáveis da Administração, pois em muitos casos o fornecimento de bens ou serviços envolvem quantidades ou

Praça Nossa Senhora de Nazaré s/nº - Centro
Nazareno/MG - CEP: 36.370.000 - Tel. 0800 135 1100
CNPJ: 18.557.561/0001-51 - INSC. EST.: ISENTA



MUNICÍPIO DE NAZARENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

períodos de tempo distintos, considerando que os órgãos contratantes não estão obrigados a contratar o quantitativo total previsto no edital. Se tratando do número altaneiro de itens compondo o objeto, o custo para contratação é elevado, e a licitação tende a garantir preços mais acessíveis sem perda de qualidade.

3.6. O processo licitatório também tende a evitar a celebração de contratos superfaturados e com preços inexequíveis, proporcionando maior segurança econômica para a administração pública, (Art. 11, inciso III, nova Lei de licitações 14.133/2021, pag. 12).

3.7. A compra deve ser feita por licitação, modalidade pregão eletrônico, menor preço. Com cálculo estimado para atender por 12 meses (doze meses) a demanda do Laboratório Municipal de Análises Clínicas de Nazareno

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O fornecedor deverá obedecer integralmente às disposições do termo e demais normas vigentes. Os materiais, insumos devem atender aos requisitos mínimos legais, exigidos pela AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA), INMETRO, Resoluções que tratam das boas práticas de fabricação de materiais médicos-laboratoriais. Todos os materiais devem ter registro ativo na ANVISA (salvo aqueles que são dispensados por legislação) e INMETRO (quando aplicável). Não tendo seu registro sido suspenso, por quaisquer denominações que não atendam aos requisitos mínimos necessários de efetividade, segurança, qualidade, esterilidade (quando aplicável) ou que coloque em risco a saúde e segurança do paciente.

4.2. O fornecedor deve cumprir todas as obrigações estabelecidas, seus anexos e proposta, assumindo os riscos e despesas decorrentes da execução adequada do objeto. Além disso, é necessário efetuar a entrega do produto em conformidade com as especificações, prazos e locais indicados no Edital.

4.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto pela área responsável não isenta o fornecedor da responsabilidade por prejuízos resultantes de execução incorreta do contrato ou por vícios no produto.

4.4. O fornecedor deve assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica referentes à qualidade e especificações dos produtos a serem entregues. O fornecedor é responsável por entregar diretamente o material, sem transferir a responsabilidade para outra empresa ou instituição.

4.5. O fornecedor deve prestar todos os esclarecimentos técnicos solicitados relacionados às características dos produtos fornecidos.

4.6. O fornecedor deve executar a entrega, fielmente de acordo com as requisições expedidas, não sendo permitidas modificações sem prévia consulta e concordância da Contratante.

4.7. O fornecedor é obrigado a pagar todos os tributos e contribuições fiscais incidentes sobre os produtos adquiridos, fornecer a Nota Fiscal correspondente ao material e responsabilizar-se pelas despesas de transporte até o local de entrega previamente determinado na Ordem de Compra.

4.8. Requisitos de acordo com as especificidades dos materiais e insumos

4.8.1. Os materiais devem ser entregues em suas embalagens originais, em boas condições de armazenamento.

4.8.2. Embalagens estéreis devem estar sem ruptura, rasgos, umidade ou qualquer outro dano que caracterize comprometimento da esterilidade do produto.

4.8.3. Os produtos devem apresentar boa qualidade, sem prover riscos ou comprometer os procedimentos e a segurança do paciente.

4.8.4. Os materiais laboratoriais, os quais a legislação assim exige, devem ter passado por todos os testes como esterilidade, ruptura, entre outros exigidos por órgãos competentes, como a ANVISA, por exemplo

4.8.5. Os pedidos serão feitos de forma parcelada, ao longo dos doze meses de vigência do contrato, de acordo com a necessidade e demanda.

4.8.6. Por ocasião da entrega na unidade requisitante os produtos devem apresentar validade equivalente a pelo menos 2/3 (dois terços) do prazo de validade total.

4.8.7. As entregas deverão ser realizadas em até 10 dias úteis, a partir da entrega da ordem de fornecimento (OF) pela contratante.

4.8.8. Os licitantes deverão ter atenção quanto ao prazo de entrega para que não traga transtorno ao funcionamento do Laboratório Municipal de Análises Clínicas de Nazareno, uma vez que ocorrendo atraso na entrega acarretará prejuízos ao funcionamento do hospital, sujeitando o proponente infrator as penalidades previstas neste edital e no instrumento de contrato, ficando os mesmos cientes de que os pedidos serão realizados parceladamente, mediante a demanda e necessidade, sem que o licitante vencedor possa impor valor ou volume mínimo para cada pedido.

4.8.9. As ordens de fornecimento serão expedidas sempre que surgir a necessidade da instituição para aquisição dos mesmos.

4.8.10. Na ocorrência de algum caso de não aceitação do produto por algum problema ocorrido no transporte, na fabricação ou outro que não seja de responsabilidade do Laboratório Municipal, o fornecedor fica obrigado a substituir os produtos, sem custos para a contratante, no prazo máximo de 2 dias úteis, contados da notificação a ser expedida pelo responsável.

4.9. Sustentabilidade: Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inserido na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis;



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS



4.10. Subcontratação: Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.11. Garantia da contratação: Não haverá exigência da garantia de contratação referida no art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes no Estudo Técnico Preliminar.

5. PROPOSTA COMERCIAL

5.1. A licitante deverá consignar, o valor total dos serviços com emprego de materiais para fornecimento; já considerados e inclusos os custos com frete, transporte, tributos, tarifas e as despesas decorrentes da execução do objeto; sendo a proposta global.

5.2. As propostas terão validade de no mínimo 60 (Sessenta) dias.

5.3. Caso este prazo não esteja expressamente indicado na proposta, o mesmo será considerado como aceito para efeito de validade da mesma.

5.4. Quando o licitante for convocado no chat para se manifestar em relação a sua proposta ou lance (negociação dos valores ofertados nos lances, informações técnicas ou específicas sobre os produtos, equipamentos ou serviços), terá o prazo de resposta de 10 (dez) minutos, sendo que o não atendimento poderá acarretar em sua desclassificação, exceto no que se trata da convocação para o envio de anexos ou da proposta final realinhada que o prazo de envio é de 02 (duas) horas.

6. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

6.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

6.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado no órgão pertinente, em se tratando de sociedade comercial, sendo, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;

6.3. No caso de sociedades por ações, deverá estar acompanhado da documentação de eleição de seus administradores.

6.4. Inscrição do ato constitutivo, devidamente registrado no órgão pertinente, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

6.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

6.6. Cédula de identidade do(s) sócio(s) responsável(is) pela administração da empresa licitante.

7. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), conforme o caso.

7.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União), mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). (Fica dispensado da apresentação o Microempreendedor Individual que atenda ao disposto no inciso III, §13º do art. 18-A da Lei 123/2006).

7.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de Certidão negativa ou positiva de Débitos Trabalhistas- TST, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre - Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa do Estado.

7.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre - Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa Municipal.

8. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA- FINANCEIRA:

8.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Na falta de validade expressa na Certidão Negativa, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias de sua emissão.

9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.1. Apresentar folder em português ou catálogo com descrição do equipamento AUTOCLAVE, item 54 E MICROSCÓPIO item 99, a ser fornecido, sob pena de desclassificação.

9.2. Os materiais a serem apresentados pela empresa vencedora deverão ter Registro da ANVISA.

10. DECLARAÇÕES:

1. Declara que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da **Constituição Federal**.



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS

2. **Declara** que o proponente tem pleno conhecimento do **objeto licitado** e anuência das exigências constante do edital e seus anexos;
3. **Declara** sob as penas da lei, que até a presente data inexistem **fatos impeditivos** para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
4. **Declara** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e **não emprega menor de 16 anos**, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
5. **Declara** que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os **requisitos de habilitação** definidos no edital, referentes ao a este pregão.
6. **Declara**, sob as penas da Lei, que a empresa não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da **Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006, sendo apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.
7. **Declara** que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.
8. **Declara** que concorda com a realização de **eventuais descontos de impostos** nos termos da legislação vigente.
9. **Declara** que nos preços propostos estão incluídas todas as despesas necessárias ao cumprimento total do objeto da presente licitação, sem qualquer ônus para Administração Municipal, tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer outros ônus que por ventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.
10. **Declara**, para fins do disposto neste Edital de Pregão Eletrônico, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:
- g) a proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico foi elaborada de maneira independente por nós e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- h) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar deste Pregão Eletrônico, não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- i) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico, quanto a participar ou não da referida licitação;
- j) que o conteúdo da proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato deste Pregão Eletrônico antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- k) que o conteúdo da proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de Prefeitura Municipal de Nazareno, antes da abertura oficial das propostas; e
- l) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.
11. **Declara** para os devidos fins de direito que no ato voluntário de participação do presente Certame, concordo com a publicidade de dados como Nome, CPF/CNPJ, endereço, representante legal, resultados advindos do Certame, e outros que se fizerem necessários, em obediência ao preceito constitucional esculpido no caput do art. 37 da Constituição da República de 1988 que preconiza que a administração pública direta e indireta, fundacional e autárquica deve dar publicidade aos seus atos, assim como em obediência ao que determina a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) no inciso III, do art. 2º e no inciso X, do § 3º do art. 7º, cumulado com incisos II, III e IV do mesmo art. 7º da referida lei, que dispõe sobre a viabilidade do uso de dados pessoais nos casos em que a administração pública exerça sua função também através de contratos, convênios ou instrumentos congêneres, como é o caso.
12. **Declara** que possui pessoal devidamente qualificado, aparelhamento e veículo adequado, necessários ao cumprimento do objeto da presente licitação.

Em casos de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se beneficiarem do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006,

13. **Declara** para os devidos fins que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebramos contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

11. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

- 11.1. Poderão participar desta licitação, exclusivamente, Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) que atuem no mesmo ramo do objeto licitado, desde que atendam aos requisitos estabelecidos



Praça Nossa Senhora de Nazaré s/nº - Centro
Nazareno/MG - CEP: 36.370.000 - Tel. 0800 135 1100
CNPJ: 18.557.561/0001-51 - INSC. EST.: ISENTO



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS



neste documento. Entretanto, **o lote 03 será de ampla concorrência**, pois seu valor excede o limite estabelecido pelo artigo 48 da Lei Complementar nº 123/06.

11.2. Não será reservada cota de 25% do objeto contratado, tendo em vista que conforme estipula o art. 49, III da LC 123, não será aplicado o disposto nos arts. 47 e 48, quando o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado. Certo é que a abertura de cota no presente certame acarretará em prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto, tendo em vista que a eventual divisão do objeto por mais de uma empresa poderia gerar perda de economia, diferenças na padronização da realização dos serviços e geraria maior trabalho de fiscalização contratual.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **PREGÃO ELETRÔNICO** com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**.

12.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

13. MODELO DE EXECUÇÃO E DO REGIME DE FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS

13.1. Prazo de execução: Os serviços devem ser executados na data, horário e local estipulados pela Administração, conforme a ordem de serviços enviada à empresa.

13.2. Local de execução: A entrega e prestação dos serviços deverão ocorrer no Laboratório Municipal de Nazareno/MG, situado na Praça Nossa Senhora de Nazaré, s/n, bairro Centro, de segunda a sexta-feira, no horário de funcionamento das 07:00 às 17:00.

13.3. Forma de solicitação dos serviços: Os serviços serão solicitados conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, mediante ordem de serviço emitida pelo setor competente, devendo ser executados no prazo determinado pela Administração Municipal.

13.4. Prazos de entrega dos materiais e equipamentos: Caso a prestação dos serviços envolva fornecimento de materiais e equipamentos, estes deverão ser entregues nos seguintes prazos:
I - Materiais: até **08 (oito) dias úteis** após o recebimento da ordem de compra.
II - Equipamentos: até **20 (vinte) dias úteis** após o recebimento da ordem de compra.

14. GESTÃO DO CONTRATO

14.1. A atividade de gestão contratual será realizada pelo Secretário Municipal de Saúde, representada **pela Sr. Serjo Joanes Madalena** e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistêmica, **pela Sra. Graziella Santana Rocha**, Chefe Geral de Atenção à Saúde - Hospital Municipal e ESF.

15. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

15.1. Em conformidade com o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, mediante recibo, o objeto deste contrato será recebido das seguintes formas:

- a)** Provisoriamente, imediatamente após efetuada a entrega dos materiais, para efeito de posterior verificação de sua conformidade;
- b)** Definitivamente, em até dez dias úteis após o recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal.

15.2. O objeto entregue em desacordo com o especificado neste Termo de Referência ou no Instrumento Convocatório, ou com defeito, serão rejeitados, parcial ou totalmente, conforme o caso, e a Contratada será notificada e obrigada a substituí-lo dentro do prazo de entrega estabelecido, sob pena de incorrer atraso quanto ao prazo de execução.

a) Essa notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.

b) Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade do objeto fornecido pelo prazo estabelecido na garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Contratante.

16. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1. Considerando os dispostos no Decreto Municipal 3.964 de 02 de janeiro de 2024 (alterado pelo Decreto Municipal 3.992 de 27 de fevereiro de 2024), os prazos para pagamentos observarão uma ordem cronológica de exigibilidade para cada fonte diferenciada de recursos, separadamente por unidade administrativa e subdividida em categorias de contratos;

16.1.1. A ordem cronológica de exigibilidade terá como marco inicial, para efeito de inclusão do crédito na sequência de pagamentos, a liquidação de despesa;

16.1.2. Os prazos para liquidação e pagamento serão limitados a:

I. Até 3 (três) dias úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração;

II. Até 20 (vinte) dias corridos para pagamento, a contar da liquidação da despesa;



MUNICÍPIO DE NAZARENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

16.1.3. Para os fins de liquidação, deverá ser observado o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, certificando-se do adimplemento da obrigação do contratado nos prazos e forma previstos no contrato;

16.1.4. O prazo de que trata o item I do subitem 9.3.1.2 poderão ser excepcionalmente prorrogados, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

16.1.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins de que trata o inciso I do subitem 9.3.1.2;

16.1.6. Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita;

16.1.7. No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.

17. LEVANTAMENTO DE MERCADO

17.1. Foi realizada a pesquisa de preços utilizando os seguintes parâmetros, observado o art. 23, §1º da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021:

☐ Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente. Painel Nacional de Contratações Públicas (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>), Painel de Preços (<https://paineldeprescos.planejamento.gov.br>) ou Banco de Preços em Saúde (<http://bps.saude.gov.br/>).

☒ Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente.

☐ Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de termos de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital ou contratação direta, contendo a data e a hora de acesso.

☐ Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital ou contratação direta.

☐ Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital ou contratação direta.

17.2. Os produtos elencados atendem às necessidades deste estudo técnico.

17.3. Foram observados os aspectos de viabilidade mercadológica, economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

17.4. As pesquisas de preços foram realizadas previamente, utilizando a pesquisa de mercado, objetivando aproximar ao máximo ao valor de referência dos itens aqui presentes, tendo em vista o interesse público e o princípio da economicidade.

17.5. Considerando o preço de mercado obtido na pesquisa, entende-se que o preço mediano é o aceitável para a licitação.

18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. Por se tratar de **REGISTRO DE PREÇOS**, as despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das dotações orçamentárias e disponibilidade financeira existentes na data da efetiva contratação.

19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

19.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

19.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e neste contrato;

19.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

19.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

19.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

19.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

19.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

PREFEITURA MUNICIPAL DE

NAZARENO

é Minas

Praça Nossa Senhora de Nazaré s/nº - Centro
Nazareno/MG - CEP: 36.370.000 - Tel. 0800 135 1100
CNPJ: 18.557.561/0001-51 - INSC. EST.: ISENT0



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS



19.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

19.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

19.10. Observar o dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas.

20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

20.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

20.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

20.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

20.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

20.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

20.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

20.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

20.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

20.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

20.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

20.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

20.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

20.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

20.15. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

20.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

20.17. Responsabilizar-se pela prestação dos serviços do presente instrumento na data estipulada pela Administração, bem como por todas as despesas necessárias à sua realização;

20.18. Prestar os serviços nos eventos solicitados, independentemente dos exemplificados no Termo de Referência, os quais são meramente exemplificativos, podendo durante a vigência da ata haver solicitações para eventos distintos;

20.19. Observar o dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas;



MUNICÍPIO DE NAZARENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

20.20. Garantir que todos os profissionais alocados para a execução dos serviços possuam as certificações e treinamentos necessários exigidos pela legislação aplicável, apresentando comprovantes quando solicitado pela Administração;

20.21. Assegurar que todos os equipamentos utilizados na prestação dos serviços estejam em conformidade com as normas técnicas vigentes, realizando manutenções preventivas e corretivas quando necessário;

20.22. Submeter-se à supervisão e fiscalização da Administração durante a execução dos serviços, facilitando o acesso do fiscal do contrato às instalações e registros necessários para a verificação do cumprimento das obrigações contratuais;

20.23. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatórios detalhados sobre a execução dos serviços, contendo informações sobre a mão de obra utilizada, materiais empregados e o cumprimento do cronograma;

20.24. Adotar medidas imediatas para correção de eventuais falhas apontadas pela fiscalização, garantindo que os serviços sejam executados de acordo com os padrões de qualidade exigidos;

20.25. Zelar pela integridade e segurança das informações manipuladas durante a execução dos serviços, implementando medidas de proteção de dados conforme a legislação vigente, incluindo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

20.26. Garantir que todos os procedimentos operacionais sigam as normas técnicas e de segurança estabelecidas pela Administração, com especial atenção para a proteção de bens e pessoas;

20.27. Manter um canal de comunicação direto com a Administração para reportar qualquer ocorrência, dúvida ou necessidade de esclarecimento, assegurando uma resposta rápida e eficiente;

20.28. Respeitar as políticas de sustentabilidade e responsabilidade ambiental adotadas pela Administração, garantindo que todos os resíduos gerados durante a execução dos serviços sejam descartados de maneira adequada e em conformidade com as normas ambientais;

20.29. Assegurar que qualquer subcontratação necessária para a execução do contrato seja previamente aprovada pela Administração, garantindo que os subcontratados cumpram as mesmas exigências de qualificação e responsabilidade;

20.30. Os vencedores dos equipamentos deverão fornecer treinamento técnico e garantia mínima de 12 (doze), meses com manutenção preventiva e corretiva.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

21.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

21.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

21.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

21.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame

21.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

21.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

21.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

21.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

21.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

21.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

21.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

21.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2. A Contratada que cometer as infrações discriminadas acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.2.1. Advertência, no caso da alínea “a”, se não justificar pena mais grave;

21.2.2. Multa de 0,5 a 30% do valor do contrato, por qualquer das infrações administrativas;

21.2.3. Impedimento de licitar e contratar, no ente federativo, por até 3 anos, nos casos das alíneas “b” a “g”, quando não se justificar a imposição de pena mais grave;

21.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em todos os entes federativos, entre 3 e 6 anos, nos casos das alíneas “h” a “l”. Aplica-se essa mesma sanção nos casos das alíneas “b” a “g”, quando for o caso de impor pena mais grave.

22. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

22.1. As partes obrigam-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento pré-contratual.

22.1.1. As partes obrigam-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados.



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS



a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

22.1.2. As partes devem assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

22.1.3. As partes não poderão utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

22.1.4. As partes não poderão disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenham acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

22.1.4.1. As partes obrigam-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

22.1.5. As partes ficam obrigadas a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da rescisão contratual, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

22.1.5.1. As partes não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

22.1.5.1.1. As partes deverão eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

22.1.6. As partes deverão notificar, imediatamente, no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

22.1.6.1. A notificação não eximirá as partes das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

22.1.6.2. As partes que descumprirem nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigada a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

22.1.7. As partes ficam obrigadas a manter preposto para comunicação para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

22.1.8. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre o Contratado e o Contratante, bem como, entre o Fornecedor e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

22.1.9. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido nesta ata e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

Nazareno, 23 de abril de 2026.

Serjo Joanes Madalena
Secretário Municipal de Saúde.
CPF: 007.271.236-88



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO II - MODELO PADRÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS
(obrigatório o preenchimento)

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 057/2026

À
Prefeitura Municipal de Nazareno/MG
Att. Pregoeira e/ou Equipe de Apoio

PROPONENTE: CNPJ n.º: Rua: n.º: CEP: Bairro: Cidade/UF:
Tel.: WhatsApp: e-mail: Conta corrente: Banco: Ag.:

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: CPF: Identidade: Endereço:

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de insumos e equipamentos laboratoriais.

Lote	Ordem	Quant.	UN.	Especificação	Marca	Valor unitário	Valor total
1	1	2	UN	00000036801- FILTRO PARA ESTAÇÃO 0,22MC de tratamento de água 0,22 MICRA			
1	2	3	UN	00000036802- FILTRO PARA ESTAÇÃO 1MC de tratamento de água 1 MICRA			
1	3	6	UN	00000036803- FILTRO PARA ESTAÇÃO 5MC de tratamento de água 5 MICRA			
1	4	3	UN	00000036804- FILTRO PARA ESTAÇÃO CARBON BLOCK de tratamento Carbon block			
1	5	2	UN	00000019566- SISTEMA DE TRATAMENTO DE AGUA AQ400-4			
1	6	4	UN	00000039683- MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE AGUA, MAO DE OBRA, DESLOCAMENTO e sanitização.			
Total Lote 01							
2	7	33	CX	00000048293- M-53 D DILUENT 20 LITROS			
2	8	2	UN	00000038179- M-53 CLEASER 1000ML			
2	9	3	CX	00000048290- M-53 LH LYSE 500 ML			
2	10	7	UN	00000038180- M-53 LEO (I) LYSE 1000 ML			
2	11	5	CX	00000048291- M-53 LEO (II) LYSE 200 ML			
2	12	10	UN	00000024535- M53P PROB CLEASER 50 ML.			
2	13	5	CX	00000048289- CONTROLE HEMATOLOGICO 5P CONTROL CONTROLE HEMATOLOGICO 5P Controle hematológico 5P, com valores para o aparelho HEMATOCIN 5.4 ou MINDRAY 5.380. Similares ao Mindray ou Bioclin.			
Total Lote 02							
3	14	15	UN	00000038242- PACK REAGENTE HUMALYTE PLUS 05			
3	15	10	UN	00000038243- SOLUÇÃO QC QC SOLUTION - HUMALYTE PLUS - 100 ml			
3	16	5	UN	00000039669- SOLUÇÃO CONDICIONADORA SODIO - HUMALYTE plus - 100 ml			
3	17	5	UN	00000038245- SOLUÇÃO DE ENCHIMENTO Na / Cl / pH - Humalyte Plus - 100mL			
3	18	5	UN	00000038246- SOLUÇÃO DE ENCHIMENTO Cálcio - Humalyte Plus - 100mL			
3	19	5	UN	00000038247- SOLUÇÃO DE ENCHIMENTO. Potássio - Humalyte Plus - 100mL			
3	20	5	UN	00000039670- SOLUÇÃO ENCHIMENTO REFERÊNCIA - HUMALYTE Plus - 100mL			
3	21	10	UN	00000039671- SOLUÇÃO LIMPEZA WEEKLY CLEANING - HUMALYTE Plus - 100mL			
3	22	5	UN	00000038250- MEMBRANA DE REFERENCIA 17470/19 - Humalyte Plus - 10 Unid			



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS

3	23	5	UN	00000038251- ELETRODO POTASSIO - Linha HUMALYTE PLUS			
3	24	5	UN	00000038252- ELETRODO SODIO Linha HUMALYTE PLUS			
3	25	5	UN	00000038253- ELETRODO CLORO Linha HUMALYTE PLUS			
3	26	5	UN	00000038254- ELETRODO CALCIO Linha HUMALYTE PLUS			
3	27	5	UN	00000038255- ELETRODO PH Linha HUMALYTE PLUS			
3	28	5	UN	00000038256- ELETRODO REFERENCIA Linha HUMALYTE PLUS			
3	29	5	UN	00000038257- ELETRODO INTERNO Linha HUMALYTE PLUS			
3	30	20	UN	00000039672- PAPEL TERMICO 58X20 - LINHA HUMALYTE PLUS			
Total Lote 03							
4	31	10	KIT	00000038259- TNI TROPONINA PARA POINT OFF CARE ECO Sistema de Imunoensaio Fluorescente			
4	32	10	KIT	00000038260- CK-MB para point off care ECO Sistema de Imunoensaio Fluorescente			
4	33	5	UN	00000039673- D-DIMERO POINT OFF CARE ECO SISTEMA DE Imunoensaio fluorescente			
4	34	5	UN	00000039674- B-HCG POINT OFF CARE ECO SISTEMA DE Imunoensaio Fluorescente			
Total Lote 04							
5	35	5	CX	00000038217- TESTE DE GRAVIDEZ DETERMINACAO POR TIRA REATIVA, QUALITATIVA, DA GONADOTROFINA CORIONICA, através de anticorpos monoclonais e policlonais, com a formação de uma reação antígeno-anticorpo, em amostras de soro ou urina, reação com sensibilidade de no mínimo 25 mu/ml, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, rotulo com nr. de lote, validade e temperatura de estocagem			
Total Lote 05							
6	36	40	KIT	00000038218- REAGENTE PARA DIAGNOSTICO CLINICO Tipo de análise: determinação de TEMPO DE ATIVIDADE DE PROTROMBINA (TAP) com ISI, método: coagulometria, apresentação: teste. Na embalagem deverá constar o número do lote, data de validade e registro no M.S. Com validade na data de entrega de no mínimo 2/3 do prazo de validade total.			
Total Lote 06							
7	37	30	KIT	00000038219- TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTPA) 100 testes com RNI Reagente para diagnóstico clínico - tipo de análise: determinação de TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTPA), método: coagulometria, apresentação: teste. Na embalagem deverá constar o número do lote, data de validade e registro no M.S. Com validade na data de entrega de no mínimo 2/3 do prazo de validade total			
Total Lote 07							
8	38	100	CX	00000038220- KIT SANGUE OCULTO Finalidade: Método para determinação rápida de Sangue Oculto, somente para uso diagnóstico in vitro, Amostra: Fezes, Descrição: Teste rápido para pesquisa de sangue oculto nas fezes, qualitativo, imunocromatográfico, c/ capacidade mínima para 20 determinações, embalagem contendo dados de identificação do produto, data de fabricação e validade, Unidade de Fornecimento: Kit			
Total Lote 08							
9	39	10	KIT	00000038221- TESTE EM LAMINA P/ FR (FATOR REUMATOIDE) látex no soro (c/controle pos,neg) 50 testes reagente para diagnóstico clínico 5, tipo conjunto completo, tipo de análise quantitativo de fator reumatóide, método aglutinação em látex, apresentação teste			



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS



Total Lote 09							
10	40	200	KIT	00000038222- PROTEINA C REATIVA- (PCR) Finalidade: Método para determinação da PCR, para uso em diagnóstico in vitro, Amostra: Soro humano obtido livre de hemólise ,Descrição: Conjunto de reagente e soros controles (positivo e negativo) para determinação da Proteína C Reativa, teste qualitativo e semi-quantitativo, por aglutinação indireta, aplicação manual, armazenado de 2-8°C, c/ capacidade para até 100 testes, embalagem contendo dados de identificação do produto, data de fabricação e validade, Unidade de Fornecimento: Kit			
Total Lote 10							
11	41	20	CX	00000038223- KIT DISPOSITIVO PARA TESTE DE MIOGLOBINA/CK-MB/Troponina I em um Só Passo (Sangue Total/Soro/Plasma) é um imunoensaio cromatográfico rápido para a detecção qualitativa de Mioglobina humana, CK-MB e Troponina I cardíaca em sangue total, soro ou plasma para ajudar no diagnóstico do infarto do miocárdio (MI)			
Total Lote 11							
12	42	3	KIT	00000019621- TESTE RAPIDO ANTI- HIV I E II C MINIMO 25 TES Teste rápido anti- HIV I e II com mínimo 25 testes			
Total Lote 12							
13	43	100	KIT	00000019622- TESTE RAPIDO PARA DENGUE (IGG E IGM) Teste rápido para dengue (IgG e IgM) com no mínimo 20 testes			
Total Lote 13							
14	44	100	KIT	00000043444- TESTE RAPIDO PARA DENGUE (NS1) com no mínimo 20 testes			
Total Lote 14							
15	45	30	KIT	00000038224- TESTE RAPIDO PARA ANTI-HBSAG Imunocromatografia com no mínimo 80 testes.			
Total Lote 15							
16	46	10	KIT	00000038225- REAGENTE PARA VDRL (pronto para uso sem inativação do soro) reagente para diagnóstico clínico 5, tipo suspensão de antígenos para triagem de vdrl, método floculação, características adicionais pronto para uso, apresentação teste			
Total Lote 16							
17	47	100	KIT	00000038233- TESTE RAPIDO POR IMUNOCROMATOGRAFIA PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTIGENOS DE SARS COV 2, COVID. 25 DISPOSITIVOS DE TESTE COM DESSECANTE EM BOLSA INDIVIDUAL TAMPÃO 1X9ML, FRASCO, 25 TUBOS DE EXTRAÇÃO 25 TAMPAS DE TUBO DE EXTRAÇÃO, 01 SWAB CONTROLE POSITIVO, 01 SWAB CONTROLE NEGATIVO, 25 SWABS NASOFARÍNGEOS ESTERILIZADOS PARA COLETA DE AMOSTRA 01 SUPORTE PARA TUBOS 01 GUIA DE REFERÊNCIA RÁPIDA NASOFARÍNGEA. SENSIBILIDADE E ESPECIFICIDADE ACIMA DE 94 POR CENTO. REGISTRO ANVISA, LAUDO DO INCQS			
Total Lote 17							
18	48	50	UN	00000038181- ADAPTADOR DE PLASTICO REUTILIZAVEL DE COLETA A VACUO NÃO ESTERIL- Para agulha de coleta de sangue a vácuo e tubos 13 mm e 16 mm ou aproximados, flange, marca guia e exclusivo dispositivo de segurança junto a base do adaptador. Quando acionado descarta automaticamente a agulha para coleta múltipla de sangue a vácuo, que se acopla através de rosqueamento assim como é feito com os outros adaptadores da linha. Pode ser reutilizado até no máximo 100 vezes, quando então, deverá ser descartado em coletor próprio conforme normas vigentes			
Total Lote 18							



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS

19	49	50	CX	00000038183- AGULHA COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA 25 X 7 Agulha para coleta de sangue a vácuo com dispositivo de segurança que após acionado recobrirá completamente a agulha garantindo total biossegurança. Agulha medindo 25x7 ou 30 x 7 (22G), Uso em análises clínicas, com bisel trifacetado, siliconizada, estéril. Apresentação: A cada 100 agulhas fornecidas é necessário o fornecimento de 01 adaptador plástico, reutilizável, não estéril, para agulha de sangue a vácuo e tubos 13 mm e 16 mm, flange, marca guia e dispositivo de segurança junto à base do adaptador, diferenciado pela cor verde. Quando acionado, descarta automaticamente a agulha. Objetivo: atender à NR 32 - todo material perfuro cortante deve ter dispositivo de segurança. Prazo final para adequação: Novembro 2010. CAIXA COM 100			
Total Lote 19							
20	50	100	CX	00000038182- AGULHA COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA 25 X 8 Agulha para coleta de sangue a vácuo com dispositivo de segurança (na própria agulha ou acompanhado de adaptador de segurança) que após acionado recobrirá completamente a agulha garantindo total biossegurança. Agulha medindo 25x8 ou 30 x 8 (21G), Uso em análises clínicas, com bisel trifacetado, siliconizada, estéril. Apresentação: A cada 100 agulhas fornecidas é necessário o fornecimento de 01 adaptador plástico, reutilizável, não estéril, para agulha de sangue a vácuo e tubos 13 mm e 16 mm. Objetivo: atender à NR 32 - todo material perfuro cortante deve ter dispositivo de segurança. Prazo final para adequação: Novembro 2010. CAIXA COM 100			
Total Lote 20							
21	51	3	VIDRO	00000038184- ANTI-A SOROCLONE ANTI-A MONOCLONAL P/determinação do grupo sanguínea ABO. Teste em lamina ou microtubos - Frasco c/ 10 ml - Procedência: Nacional - Reg. MS			
Total Lote 21							
22	52	3	VIDRO	00000038185- ANTI-B (ABO2) SOROCLONE ANTI-B MONOCLONAL P/determinação do grupo sanguínea ABO. Teste em lamina ou microtubos - Frasco c/ 10 ml - Procedência: Nacional - Reg. MS			
Total Lote 22							
23	53	3	VIDRO	00000038186- ANTI-D (RH1)) soro específico p/ antígenos do sistema rh anticorpos policlonais ou monoclonais, do tipo anti RH(D), reativo em hemaglutinacao em laminas, tubos, microtubos, rotulo com n.de lote, data de fabricação, procedência, validade, em língua portuguesa, controle obrigatório.			
Total Lote 23							
24	54	4	UN	00000038234- AUTOCLAVE C/ ESTERILIZAÇÃO A VAPOR (características mínimas/aproximadas): autoclave para esterilização a vapor, possui programa de esterilização, secagem com porta entreaberta, conta com sistema de segurança, sistema com micro controlador, capacidade aproximada de 21 litros com bandejas, câmara em alumínio ou inox, modelo horizontal, capacidade no mínimo 21 litros alumínio ou inox desaeração e despressurização: automática ciclo de secagem eficiente, secagem extra. Potencia 1600watts voltagem 110v volts, sistema de segurança: Componentes: 03 bandejas em alumínio e câmara em inox e registro na ANVISA.			
Total Lote 24							
25	55	5	UN	00000039675- CAIXA TERMICA PARA TRANSPORTE DE VACINA, SANGUE, REMEDIOS MATERIAL POLIURETANO, 1,2Kg, COMPRIMENTO 29 cm, LARGURA 21cm, ALTURA 28cm 15L COM TERMÔMETRO DIGITAL SIMPLES E CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO DE 2° A 8°, TEMPERATURA ESTÁVEL POR 24HORAS FAIXA DE TEMPERATURA DE -50 + 110°C			
Total Lote 25							
26	56	2000	TUBO	0000004058- COLETA A VACUO SEM ANTICOAG. 5ML(TAMPA VERMEL			
Total Lote 26							



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS



27	57	375	UN	00000038214- COLETOR DE RESIDUO CORTANTE RÍGIDO DE RESIDUOS PERFUROCORTANTES, COM CAPACIDADE DE 7 LITROS, constituído de plástico polipropileno rígido, projetado de forma a permitir autoclavagem e incinerações em conformidade com os órgãos estaduais de saúde pública e controle ambiental, na cor amarela translúcida podendo ser visualizado o conteúdo. A tampa e bocal deve evitar o contato e o retorno do material descartado sobre tampa, de fechamento seguro livre de vazamentos. Apresentar o símbolo internacionalmente normatizado para material infectante e linha demarcatória de enchimento, assim como demais identificações e advertências (número de Registro no Ministério da Saúde) na cor preta impressa de tinta atóxica e apirogênica. O coletor deve possuir alças para transporte ou encaixe para as mãos. Exigência registro na ANVISA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atender as normas da NR-32 e RDC-306, conforme portaria CVS n.21, de 10/09/2008, UNID. DE MEDIDA: Unitário			
Total Lote 27							
28	58	750	UN	00000038215- COLETOR DE RESIDUO CORTANTE, RÍGIDO DE RESIDUOS PERFUROCORTANTES, COM CAPACIDADE DE 13 LITROS, constituído de plástico polipropileno rígido, projetado de forma a permitir autoclavagem e incinerações em conformidade com os órgãos estaduais de saúde pública e controle ambiental, na cor amarela translúcida podendo ser visualizado o conteúdo. A tampa e bocal deve evitar o contato e o retorno do material descartado sobre tampa, de fechamento seguro livre de vazamentos. Apresentar o símbolo internacionalmente normatizado para material infectante e linha demarcatória de enchimento, assim como demais identificações e advertências (número de Registro no Ministério da Saúde) na cor preta impressa de tinta atóxica e apirogênica. O coletor deve possuir alças para transporte ou encaixe para as mãos, exigências registro na ANVISA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atender as normas da NR-32 e RDC-306, conforme portaria CVS n.21, de 10/09/2008, UNID. DE MEDIDA: Unitário			
Total Lote 28							
29	60	15	FRS	00000038191- CORANTE HEMATOLOGICO PANOTICO RAPIDO Nº 1			
Total Lote 29							
30	61	50	UN	00000039678- CORANTE TIPO CONJUNTO REAGENTE PARA COLORAÇÃO de gram, aspecto físico líquido, características adicionais, 4 frascos de 100ml separados contendo, composição cristal violeta, lugol, etanol-acetona, fucsina básica			
Total Lote 30							
31	62	50	KIT	00000038192- CORANTE, TIPO CONJUNTO CORANTE HEMATOLOGICO panótico rápido, aspecto físico líquido, características adicionais frascos separados contendo, composição 0,1% de ciclohexadienos, 0,1% de azobenzosulfônicos, componentes adicionais 0,1% de fenotiazinas. Descrição Complementar: - Composição 3x500ml 01 frasco de 500ml nº 1: compõe-se por uma solução de triarilmetano a 0,1% 01 frasco de 500ml nº 2: compõe-se por uma solução de xantenos a 0,1% 01 frasco de 500ml nº 3: compõe-se por uma solução de tiazinas a 0,1%			
Total Lote 31							
32	63	30	UN	00000039679- CURATIVO POS COLETA INFANTIL INDIVIDUAL, caixa com 500 unidades, utilizados para hemostasia, após realização de punções venosas, e em caso de feridas superficiais			
Total Lote 32							
33	64	50	UN	00000039193- PESQUISA DE ELEMENTOS ANORMAIS SEDIMENTO DA URINA			
Total Lote 33							
34	65	30	CX	00000038194- CUVETA PARA FIBRINOMETRO Quick Timer Drake, do tipo volume reduzido cubeta, aplicação para			



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS

				coagulômetro, material* poliestireno. Descrição complementar Cubetas reduzidas para coagulômetro Quick Timer/ Clotimer/Fibrintimer			
Total Lote 34							
35	66	50	KG	00000038195- DESINCROSTANTE de instrumentos médicos e utensílios de uso laboratorial. Concentrado para limpeza de vidrarias, artigos médicos hospitalares e odontológicos. Composição: fosfato trissódico, tensoativo não tônico e sequestrante. Embalagem 1 kg			
Total Lote 35							
36	67	2000	UN	00000039676- ESCALPE, APLICAÇÃO: VENOSO, CONECTOR: Conector Padrão C/ Tampa, Diâmetro: 23 GAU, Componente Adicional: C/ Asa De Fixação, Tubo Extensor, Componente 1: C/ Adaptador Coleta À Vácuo, Componente 2: C/ Sistema Segurança Segundo Nr/32, Tipo Uso: Estéril, Descartável, Embalagem Individual, Material Agulha: Agulha Aço Inox			
Total Lote 36							
37	68	200	UN	00000039680- ESCOVA LABORATORIO, FORMATO CILINDRICA, material cabo, arame, material cerda cerdas naturais, diâmetro 10mm, comprimento 25cm			
Total Lote 37							
38	69	10	UN	00000038196- ESTANTE PLASTICA PARA 90 TUBOS com capacidade de 5 ml			
Total Lote 38							
39	70	100	FRS	00000038197- FITAS OU TIRAS DE TESTE PARA URINALISE tiras de testes para urinálise com qualidade estabelecida e comprovada. Investiga, diagnostica e trata doenças de forma imediata. Resultados confiáveis e precisos. Usada para testes visuais e nos equipamentos. Detecta baixas concentrações de glicose e eritrócitos/hemoglobina /510 ery/ml/ na presença de vitamina c. evita repetição do teste e resultado falso negativo em glicose e sangue, mesmo com altos níveis de ácido ascórbico até 40 mg/l. com aplicação de uma camada de tela impregnada de iodato. Redução de risco de resultados falsos por compensação de forte colaboração intrínseca da urina com disponibilidade de uma almofada de compensação de cor. facilidade de análise com tempo de leitura consistente de 60 segundos para todos os parâmetros. manuseio avançado e higiênico da tira de teste com possibilidade de leitura na extremidade inferior compatível com o analisador de urinálise de bancada semiautomático			
Total Lote 39							
40	71	2000	UN	00000039681- FRASCO COLETOR, TIPO UNIVERSAL, MATERIAL plástico, transparente, capacidade de 50ml, tampa rosqueável (vermelha) estéril, descartável, embalagem individual			
Total Lote 40							
41	72	20	UN	00000038202- FRASCO COLETOR, TIPO URINA 24H material plástico opaco, capacidade cerca de 2000 mL, tipo tampa: tampa rosqueável, graduação: graduado, tipo uso: descartável			
Total Lote 41							
42	73	100	CX	00000038198- LÂMINAS PARA MICROSCOPIA COM 50 UNID lamina de vidro para microscopia, lisa lapidada, medindo 26 x 76 mm, cx c/50 unidades			
Total Lote 42							
43	74	30	CX	00000038199- LAMINULAS 22X22MM PARA MICROSCOPIA Caixa com 100 unidades. Fabricadas em vidro translúcido de alta qualidade; Superfície sem bolhas ou imperfeições; Embaladas em caixas plásticas com sachê de sílica. Espessura: 0,13 - 0,16 mm			
Total Lote 43							



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS



44	75	20	UN	00000038230- LAMPADA DE 6V - 20W EM HALOGENIO. LAMPADA DE 6V - 20W EM HALOGENIO PARA MICROSCÓPIO NIKON ECLIPSE 200			
Total Lote 44							
45	76	2	UN	00000043445- MICROPIPETA, CAPACIDADE ASPIRAÇÃO: ATÉ 10 MCL tipo: monocanal, mecânica, ajuste: volume fixo, componentes, com ejetor de ponteira, suporte, adicional: autoclavável			
Total Lote 45							
46	77	10	UN	00000039668- MICROPIPETA, CAPACIDADE ASPIRAÇÃO: ATÉ 100 mcl, tipo: monocanal, mecânica, ajuste: volume fixo, componentes, com ejetor de ponteira, suporte, adicional: autoclavável			
Total Lote 46							
47	78	2	UN	00000038208- MICROPIPETA, CAPACIDADE ASPIRAÇÃO, até 1000 mcl, tipo: multicanal, mecânica, ajuste: volume regulável, componentes: com ejetor de ponteira, características adicionais: canais, adicional: autoclavável			
Total Lote 47							
48	79	2	UN	00000038207- MICROPIPETA, CAPACIDADE ASPIRAÇÃO: até 1000mcl, tipo: monocanal, mecânica, ajuste: volume fixo, componentes com ejetos de ponteira, suporte, adicional: autoclavável			
Total Lote 48							
49	80	5	UN	00000039667- MICROPIPETA, CAPACIDADE ASPIRAÇÃO: ATÉ 50 MCL tipo: monocanal, mecânica, ajuste: volume fixo, componentes, com ejetor de ponteira, suporte, adicional: autoclavável			
Total Lote 49							
50	81	20	L	00000038200- MIF - SOLUÇÃO PRESERVANTE para fezes - Frasco com 1000 ml, validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega			
Total Lote 50							
51	82	10	UN	00000039666- OLEO DE IMERSAO, uso para microscopia, aspecto físico líquido límpido, transparente, densidade 1,515. FRASCO 100 mL			
Total Lote 51							
52	83	20	UN	00000038227- PIPETA DE WESTERGREEN Desenvolvida especificamente para teste hematológico de VHS			
Total Lote 52							
53	84	10	UN	00000038211- PONTEIRA DESCARTAVEL; VOLUME 200 a 1000 Microlitros; Confeccionada Em Polipropileno; Incolor, Esteril, Atóxica e Apirogenica; Isenta de Dnase, Rnase, Minerais Ou Metais Pesados; Encaixe Universal; Compatível Com Micropipetas do Tipo Eppendorf, Research 1000 e Gilson1000; Com Filtro Localizado a 1,5 Cm do Inicio Da Ponteira; Com Base Que Proporcione Perfeito Ajuste a Micropipeta; Acondicionado Em Rack Adequado Que Garanta a Integridade do Produto; Rotulo Com Nome do Produto, Numero de Lote, Data de Fabricação e Procedência			
Total Lote 53							
54	85	50	UN	00000038210- PONTEIRA DESCARTAVEL Volume até 200 microlitros, Em Polipropileno, Estéril; Natural; Encaixe Universal; Livre de Dnase, Rnase, Protease e Apirogenica, Com Superfície Lisa e Uniforme; Com Filtro e Orifício Exatamente Centrado; Com Base Que Proporcione Perfeito Ajuste a Pipeta, Compatível Com Pipeta Biohit;			



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS

				Acondicionado Em Racks Com Tampa; Rotulo Com Nr Lote, data de Fabricação, procedência			
Total Lote 54							
55	86	5	UN	00000019614- PROVETA DE VIDRO GRADUADA DE 1000ML			
Total Lote 55							
56	87	5	UN	00000019613- PROVETA DE VIDRO GRADUADA DE 250ML			
Total Lote 56							
57	88	1000	FRS	00000038201- SISTEMA DE COLETA DE FEZES compreende o frasco plástico, coletor (pazinha), conservante biodegradável, ou seja que não agrida ao meio ambiente, não tóxico, não prejudique a saúde dos funcionários (biossegurança), dupla filtragem, ofertando sedimento altamente limpo para análise microscópica, com filtragem de 266 micras. O material é depositado diretamente na lâmina com um dosador de gotas. O frasco é embalado individualmente em embalagens plásticas com as orientações da coleta. Os conservantes utilizados têm a propriedade de fixar e manter integra as estruturas de ovos, larvas e cistos por um período de até 30 dias em temperatura ambiente, sem a necessidade de refrigeração, além de contribuírem para evitar a deformação de tais elementos durante o processo de concentração. Sistema PARATEST, COPROTEST e/ou similares. Amostra para testar.			
Total Lote 57							
58	89	2	UN	00000038231- SUPORTE EM ACRÍLICO PARA 05 MICROPIPETAS.			
Total Lote 58							
59	90	2	UN	00000038226- SUPORTE PARA EXECUÇÃO DE ENSAIO HEMATOLOGICO de VHS, com base metálica, haste e parafusos em aço inoxidável. Capacidade 10 provas			
Total Lote 59							
60	91	2	UN	00000015404- TERMÔMETRO PARA ESTUFA			
Total Lote 60							
61	92	20	UN	00000026905- TORNQUETE ELASTICO Torniquete elástico com trava para coleta de sangue			
Total Lote 61							
62	93	10000	TUBO	00000038187- TUBO COLETA DE SANGUE A VACUO COM EDTA K2 ou K3 - Características: tubo para coleta de sangue a vácuo, em plástico P. E. T., transparente, incolor, estéril, medindo aproximadamente 13x75mm, aspiração de 2 a 3ml, com EDTA. Tubo não siliconizado, rolha de borracha siliconizada com tampa plástica protetora na cor roxa. Embalagem: bandeja em isopor ou similar, revestido em plástico, contendo 100 unidades cada, contendo dados de identificação do produto, lote, validade, registro no MS.			
Total Lote 62							
63	94	10000	TUBO	00000038189- TUBO COLETA DE SANGUE A VACUO COM GEL SEPARADOR - características: tubo para coleta de sangue a vácuo, em plástico P.E.T., transparente, incolor, estéril, medindo aproximadamente 13 x 100 mm, aspiração de 3 a 5ml com gel separador com base acrílica e ativador de coágulo. Tubo não siliconizado, rolha de borracha siliconizada, com tampa plástica protetora na cor amarelo ouro ou vermelha. Embalagem: bandeja em isopor ou similar, revestido em plástico, contendo 100 unidades cada, contendo dados de identificação do produto, lote, validade, registro no MS			
Total Lote 63							
64	95	100	UN	00000038212- TUBO DE CENTRIFUGA COM ESCALA Finalidade: Tubo para centrifugação de urina para separação do sedimento			



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS



				urinário, Material: vidro transparente de fundo cônico ,com marca de graduação, não estéril, sem tampa, Capacidade: 12 mL, Unidade de Fornecimento: Unidade			
Total Lote 64							
65	96	1000	UN	00000038213- TUBO DE ENSAIO EM VIDRO COM FUNDO ARREDONDADO Tubo de ensaio 25x150mm, capacidade de 55 ml, Fabricados com espessura ideal da parede, resistentes ao calor e quimicamente testados. Fundo redondo; Estilo simples; Sem tampa; Reutilizável; Não estéril; Juntas polidas a fogo; Ponto de marcação em branco;			
Total Lote 65							
66	97	150	BANDEJA	00000048292- TUBO PARA COLETA DE SANGUE A VACUO COM CITRATO DE SÓDIO 3,2% - características: tubo para coleta de sangue a vácuo, em plástico P.E.T., transparente, incolor, estéril, medindo aproximadamente 13 x 75mm, aspiração de 2 a 4ml, com Citrato de sódio. O tubo deve possuir uma linha indicatória gravada no próprio tubo que assegura o volume a ser colhido, o tubo deve ter aspiração total. Tubo não siliconizado, rolha de borracha siliconizada, com tampa plástica protetora na cor azul claro. Embalagem: bandeja em isopor ou similar, revestido em plástico, contendo 100 unidades cada, contendo dados de identificação do produto, lote, validade, registro no MS, e que atenda as demais normas vigentes e pertinentes ao produto.			
Total Lote 66							
67	98	10	KIT	00000043446- KIT ASLO, AGLUTINAÇÃO EM LATEX para determinação qualitativa sem diluição e semiquantitativa de anticorpos anti estreptolisina "O" no soro. N. ° testes: 50. O kit deverá conter os controles positivo e negativo			
Total Lote 67							
68	99	2	UN	00000043447- MICROSCOPIO BINOCULAR com iluminação transmitida com LED, para campo claro, ótica infinita, lentes com tratamento antifungo, estativa e engrenagens em metal, composto de: estativa de alumínio anodizado com fonte de alimentação integrada estabilizada de 12 V DC ou mais potente, 100...240 V AC, 50...60 Hz, bivolt automático, entrada USB 5V, sequência de LEDs laterais, dos lados esquerdo e direito, para demonstração de intensidade luminosa; revolver reverso, voltado para a estativa, para 4 objetivas; botões bilaterais para controle de foco micrométrico e macrométrico; suporte para condensador com movimento vertical; botão para controle de intensidade luminosa próximo ao controle de foco.			
Total Lote 68							
69	100	1	UN	00000047862- ESTUFA LABORATORIO MATERIAL: gabinete aço inox, ajuste: ajuste digital, c/ painel de controle, programável, capacidade: cerca de 40L, temperatura: até 70°, componentes: c/ até 3 bandejas, porta vidro interna, adicional: c/ vedação; Garantia: 12 meses.			
Total Lote 69							
70	59	2	UN	00000026902- CONTADOR DIFERENCIAL DE CELULAS SANGUINEAS CONTADOR DIFERENCIAL DE CÉLULAS SANGUÍNEAS -Realiza a contagem diferencial, os valores absolutos e os índices hematimétricos. - Possui 12 teclas (10 para contagem e 2 para funções).-Conta separadamente os eritroblastos.-Dotado de alarme sonoro e bloqueio automático para 100 células contadas.-Funcionamento em 110/220 Volts. -GARANTIA DE 12 MESES E CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DO FABRICANTE			
Total Lote 70							
Total:							

Valor Total R\$ _____ (_____)

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias, no mínimo, a contar da data da sua apresentação.



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Declaro que nos preços propostos estão incluídas todas as despesas necessárias ao cumprimento total do objeto da presente licitação, sem qualquer ônus para Administração Municipal, tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer outros ônus que por ventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome e Ass. do Representante Legal
CNPJ da empresa



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO III – DECLARAÇÃO UNIFICADA

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, através de seu representante abaixo assinado, para fins de participação no **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 057/2026, DECLARA:**

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de insumos e equipamentos laboratoriais..

1. **Declara** que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da **Constituição Federal**.
2. **Declara** que o proponente tem pleno conhecimento do **objeto licitado** e anuência das exigências constante do edital e seus anexos;
3. **Declara** sob as penas da lei, que até a presente data **inexistem fatos impeditivos** para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
4. **Declara** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre **não emprega menor de 16 anos**, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
5. **Declara** que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os **requisitos de habilitação** definidos no edital, referentes ao a este pregão.
6. **Declara**, sob as penas da Lei, que a empresa não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da **Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006, sendo apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.
7. **Declara** que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.
8. **Declara** que concorda com a realização de **eventuais descontos de impostos** nos termos da legislação vigente.
9. **Declara** que nos preços propostos estão incluídas todas as despesas necessárias ao cumprimento total do objeto da presente licitação, sem qualquer ônus para Administração Municipal, tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer outros ônus que por ventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.
10. **Declara** para fins do disposto neste Edital de Pregão Eletrônico, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:
 - a) a proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico foi elaborada de maneira independente por nós e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
 - b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar deste Pregão Eletrônico, não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
 - c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico, quanto a participar ou não da referida licitação;
 - d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato deste Pregão Eletrônico antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
 - e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de Prefeitura Municipal de Nazareno, antes da abertura oficial das propostas; e
 - f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.
11. **Declara** para os devidos fins de direito que no ato voluntário de participação do presente Certame, concordo com a publicidade de dados como Nome, CPF/CNPJ, endereço, representante legal, resultados advindos do Certame, e outros que se fizerem necessários, em obediência ao preceito constitucional esculpido no caput do art. 37 da Constituição da República de 1988 que preconiza que a administração pública direta e indireta, fundacional e autárquica deve dar publicidade aos seus atos, assim como em obediência ao que determina a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) no inciso III, do art. 2º e no inciso X, do § 3º do art. 7º, cumulado com incisos II, III e IV do mesmo art. 7º da referida lei, que dispõe sobre a viabilidade do uso de dados pessoais nos casos em que a administração pública exerça sua função também através de contratos, convênios ou instrumentos congêneres, como é o caso.



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS

12. Declara que possui pessoal devidamente qualificado, aparelhamento adequado, necessários ao cumprimento do objeto da presente licitação.

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome do representante e assinatura
Nome da empresa

Em casos de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se beneficiarem do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, as mesmas deverão assinar novamente abaixo.

13. Declara para os devidos fins que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebramos contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome do representante e assinatura
Nome da empresa



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____ / 2026

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 057/2026

O MUNICÍPIO DE NAZARENO-MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.557.561/0001-51, com sede na Praça Nossa Senhora de Nazaré, s/n, Centro, Nazareno/MG, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Diego Freitas Alvarenga, inscrito no CPF sob o nº 080.000.526-01 e RG nº MG-15.267.029, residente e domiciliado na Rua Francisco Pio, nº 42, Bairro Centro, Nazareno/MG, e, de outro lado, a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na, nº, Bairro, Cidade de, CEP, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por, portador(a) da Carteira de Identidade nº e CPF nº, telefone e e-mail, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 026/2026, Processo Administrativo nº 057/2026, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente **Termo de Registro de Preços**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. DO OBJETO:

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual aquisição de insumos e equipamentos laboratoriais.
- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.2.1. O Termo de Referência;
 - 1.2.2. O Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 057/2026;
 - 1.2.3. A Proposta do contratado;
 - 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na proposta, são as que seguem:
 - 2.1.1. O valor total da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ (.....)

Lote	Ordem	Quant.	UN.	Especificação	Marca	Valor Unit.	TOTAL

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3. O objeto desta contratação será caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura da presente Ata, prorrogável por igual período, desde que comprovada sua vantajosidade.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os requisitos legais:

3.2. A autorização do órgão Público apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.2.1. O órgão Público poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.3. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

Dos limites para as adesões

3.4. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.



MUNICÍPIO DE NAZARENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

3.5. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

3.6. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 4.4.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital.

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.



4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 15.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 30 do Decreto nº 3.979 de 02 de janeiro de 2023.



MUNICÍPIO DE NAZARENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8. MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

8.1. Prazo de execução: Os serviços devem ser executados na data, horário e local estipulados pela Administração, conforme a ordem de serviços enviada à empresa.

8.2. Local de execução: A entrega e prestação dos serviços deverão ocorrer no Laboratório Municipal de Nazareno/MG, situado na Praça Nossa Senhora de Nazaré, s/n, bairro Centro, de segunda a sexta-feira, no horário de funcionamento das 07:00 às 17:00.

8.3. Forma de solicitação dos serviços: Os serviços serão solicitados conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, mediante ordem de serviço emitida pelo setor competente, devendo ser executados no prazo determinado pela Administração Municipal.

8.4. Prazos de entrega dos materiais e equipamentos: Caso a prestação dos serviços envolva fornecimento de materiais e equipamentos, estes deverão ser entregues nos seguintes prazos:
I - Materiais: até **08 (oito) dias úteis** após o recebimento da ordem de compra.
II - Equipamentos: até **20 (vinte) dias úteis** após o recebimento da ordem de compra.

8.5. A atividade de gestão contratual será realizada pelo Secretário Municipal de Saúde, representada pela **Sr. Serjo Joanes Madalena** e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistêmica, pela **Sra. Graziella Santana Rocha**, Chefe Geral de Atenção à Saúde - Hospital Municipal e ESF.

9. SUBCONTRATAÇÃO:

9.1. É vedada a subcontratação na presente Ata de Registro de Preços.

10. PAGAMENTO

10.1. Considerando os dispostos no Decreto Municipal 3.964 de 02 de janeiro de 2024 (alterado pelo Decreto Municipal 3.992 de 27 de fevereiro de 2024), os prazos para pagamentos observarão uma ordem cronológica de exigibilidade para cada fonte diferenciada de recursos, separadamente por unidade administrativa e subdividida em categorias de contratos;

10.1.1. A ordem cronológica de exigibilidade terá como marco inicial, para efeito de inclusão do crédito na sequência de pagamentos, a liquidação de despesa;

10.1.2. Os prazos para liquidação e pagamento serão limitados a:

I. Até 3 (três) dias úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração;

II. Até 20 (vinte) dias corridos para pagamento, a contar da liquidação da despesa;

10.1.3. Para os fins de liquidação, deverá ser observado o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, certificando-se do adimplemento da obrigação do contratado nos prazos e forma previstos no contrato;

10.1.4. O prazo de que trata o item I do subitem 9.3.1.2 poderão ser excepcionalmente prorrogados, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

10.1.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins de que trata o inciso I do subitem 9.3.1.2;

10.1.6. Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita;

10.1.7. No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

11.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e neste contrato;



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS



- 11.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
11.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
11.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
11.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
11.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
11.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
11.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
11.10. Observar o dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
12.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
12.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
12.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
12.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
12.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
12.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
12.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
12.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
12.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
12.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
12.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
12.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
12.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
12.15. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
12.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos



MUNICÍPIO DE NAZARENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.17. Responsabilizar-se pela prestação dos serviços do presente instrumento na data estipulada pela Administração, bem como por todas as despesas necessárias à sua realização;

12.18. Prestar os serviços nos eventos solicitados, independentemente dos exemplificados no Termo de Referência, os quais são meramente exemplificativos, podendo durante a vigência da ata haver solicitações para eventos distintos;

12.19. Observar o dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas;

12.20. Garantir que todos os profissionais alocados para a execução dos serviços possuam as certificações e treinamentos necessários exigidos pela legislação aplicável, apresentando comprovantes quando solicitado pela Administração;

12.21. Assegurar que todos os equipamentos utilizados na prestação dos serviços estejam em conformidade com as normas técnicas vigentes, realizando manutenções preventivas e corretivas quando necessário;

12.22. Submeter-se à supervisão e fiscalização da Administração durante a execução dos serviços, facilitando o acesso do fiscal do contrato às instalações e registros necessários para a verificação do cumprimento das obrigações contratuais;

12.23. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatórios detalhados sobre a execução dos serviços, contendo informações sobre a mão de obra utilizada, materiais empregados e o cumprimento do cronograma;

12.24. Adotar medidas imediatas para correção de eventuais falhas apontadas pela fiscalização, garantindo que os serviços sejam executados de acordo com os padrões de qualidade exigidos;

12.25. Zelar pela integridade e segurança das informações manipuladas durante a execução dos serviços, implementando medidas de proteção de dados conforme a legislação vigente, incluindo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

12.26. Garantir que todos os procedimentos operacionais sigam as normas técnicas e de segurança estabelecidas pela Administração, com especial atenção para a proteção de bens e pessoas;

12.27. Manter um canal de comunicação direto com a Administração para reportar qualquer ocorrência, dúvida ou necessidade de esclarecimento, assegurando uma resposta rápida e eficiente;

12.28. Respeitar as políticas de sustentabilidade e responsabilidade ambiental adotadas pela Administração, garantindo que todos os resíduos gerados durante a execução dos serviços sejam descartados de maneira adequada e em conformidade com as normas ambientais;

12.29. Assegurar que qualquer subcontratação necessária para a execução do contrato seja previamente aprovada pela Administração, garantindo que os subcontratados cumpram as mesmas exigências de qualificação e responsabilidade;

12.30. Os vencedores dos equipamentos deverão fornecer treinamento técnico e garantia mínima de 12 (doze), meses com manutenção preventiva e corretiva.

13. GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

14. DAS PENALIDADES

14.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

14.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

14.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 6º, inc. XIV, do Decreto Municipal nº 3.979 de 02 de janeiro de 2024), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

14.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

15. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

15.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

15.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

15.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

15.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no §2º do artigo 25 do art. 25 do Decreto Municipal nº 3.979 de 02 de janeiro de 2024; ou

15.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS



15.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

15.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

15.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

15.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

15.4.1. Por razão de interesse público;

15.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

15.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do disposto no § 3º do art. 24 e no § 4º do art. 25. do Decreto Municipal nº 3.979/24.

16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas com a aquisição do objeto ora licitado correrão à conta das Dotações Orçamentárias que serão indicadas oportunamente na formalização das contratações.

17. DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

17.1 As partes obrigam-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento pré-contratual.

17.1.1 As partes obrigam-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

17.1.2 As partes devem assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

17.1.3 As partes não poderão utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

17.1.4 As partes não poderão disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenham acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

17.1.4.1 As partes obrigam-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

17.1.5 As partes ficam obrigadas a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da rescisão contratual, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

17.1.5.1 As partes não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

17.1.5.1.1 As partes deverão eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

17.1.6 As partes deverão notificar, imediatamente, no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

17.1.6.1 A notificação não eximirá as partes das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

17.1.6.2 As partes que descumprirem nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigada a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

17.1.7 As partes ficam obrigadas a manter preposto para comunicação para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS

17.1.8 O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre o Contratado e o Contratante, bem como, entre o Fornecedor e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

17.1.9 Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido nesta ata e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

18. FORO:

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São João del Rei – MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

19. CONDIÇÕES GERAIS

19.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Nazareno, ____ de _____ de 2026.

Prefeitura Municipal de Nazareno
Diego Freitas Alvarenga
Contratante

Nome Empresa
Nome do representante
Detentora

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
Item	Quantidade	Unidade	Especificações	Marca (se exigida no edital)	Valor Unitário	Valor total

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
Item	Quantidade	Unidade	Especificações	Marca (se exigida no edital)	Valor Unitário	Valor total



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO Nº ____ / 2026

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 057/2026

O **MUNICÍPIO DE NAZARENO-MG**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.557.561/0001-51, com sede na Praça Nossa Senhora de Nazaré, s/n, Centro, Nazareno/MG, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Diego Freitas Alvarenga, inscrito no CPF sob o nº 080.000.526-01 e RG nº MG-15.267.029, residente e domiciliado na Rua Francisco Pio, nº 42, Bairro Centro, Nazareno/MG, e, de outro lado, a empresa , inscrita no CNPJ sob o nº , com sede na , nº , Bairro , Cidade de , CEP , doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por , portador(a) da Carteira de Identidade nº e CPF nº , telefone e e-mail , conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 026/2026, Processo Administrativo nº 057/2026, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente **Termo de Contrato**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. DO OBJETO.

1.1 - O presente contrato tem por objeto Registro de preços para futura e eventual aquisição de insumos e equipamentos laboratoriais, nas condições estabelecidas no termo de referência.

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1 O Termo de Referência;

1.2.2 O Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 057/2026;

1.2.3 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

Lote	Ordem	Quant.	UN.	Especificação	Marca	Valor Unit.	TOTAL

1.3 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.4 O objeto desta contratação será caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura da presente Ata, prorrogável por igual período, desde que comprovada sua vantajosidade.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de Vigência da contratação é de , contados do , na forma do artigo 105 da Lei nº 14133, de 2021.

2.1.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3. MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. Prazo de execução: Os serviços devem ser executados na data, horário e local estipulados pela Administração, conforme a ordem de serviços enviada à empresa.

3.2. Local de execução: A entrega e prestação dos serviços deverão ocorrer no Laboratório Municipal de Nazareno/MG, situado na Praça Nossa Senhora de Nazaré, s/n, bairro Centro, de segunda a sexta-feira, no horário de funcionamento das 07:00 às 17:00.

3.3. Forma de solicitação dos serviços: Os serviços serão solicitados conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, mediante ordem de serviço emitida pelo setor competente, devendo ser executados no prazo determinado pela Administração Municipal.

3.4. Prazos de entrega dos materiais e equipamentos: Caso a prestação dos serviços envolva fornecimento de materiais e equipamentos, estes deverão ser entregues nos seguintes prazos:
I - Materiais: até **08 (oito) dias úteis** após o recebimento da ordem de compra.
II - Equipamentos: até **20 (vinte) dias úteis** após o recebimento da ordem de compra.

3.5. A atividade de gestão contratual será realizada pelo Secretário Municipal de Saúde, representada pela Sr. Serjo Joanes Madalena e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma



MUNICÍPIO DE NAZARENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

preventiva, rotineira e sistêmica, **pela Sra. Graziella Santana Rocha**, Chefe Geral de Atenção à Saúde - Hospital Municipal e ESF.

4. SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2.1. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. PAGAMENTO

6.1. Considerando os dispostos no Decreto Municipal 3.964 de 02 de janeiro de 2024 (alterado pelo Decreto Municipal 3.992 de 27 de fevereiro de 2024), os prazos para pagamentos observarão uma ordem cronológica de exigibilidade para cada fonte diferenciada de recursos, separadamente por unidade administrativa e subdividida em categorias de contratos;

6.1.1. A ordem cronológica de exigibilidade terá como marco inicial, para efeito de inclusão do crédito na sequência de pagamentos, a liquidação de despesa;

6.1.2. Os prazos para liquidação e pagamento serão limitados a:

I. Até 3 (três) dias úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração;

II. Até 20 (vinte) dias corridos para pagamento, a contar da liquidação da despesa;

6.1.3. Para os fins de liquidação, deverá ser observado o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, certificando-se do adimplemento da obrigação do contratado nos prazos e forma previstos no contrato;

6.1.4. O prazo de que trata o item I do subitem 9.3.1.2 poderão ser excepcionalmente prorrogados, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

6.1.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins de que trata o inciso I do subitem 9.3.1.2;

6.1.6. Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita;

6.1.7. No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.

7. REAJUSTE:

7.1. Os preços inicialmente registrados são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data da homologação do presente certame

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



Praça Nossa Senhora de Nazaré s/nº - Centro
Nazareno/MG - CEP: 36.370.000 - Tel. 0800 135 1100
CNPJ: 18.557.561/0001-51 - INSC. EST.: ISENT0



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS



- 8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e neste contrato;
- 8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.10. Observar o dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- 9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.15. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a



MUNICÍPIO DE NAZARENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

legislação de regência;

9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.17. Responsabilizar-se pela prestação dos serviços do presente instrumento na data estipulada pela Administração, bem como por todas as despesas necessárias à sua realização;

9.18. Prestar os serviços nos eventos solicitados, independentemente dos exemplificados no Termo de Referência, os quais são meramente exemplificativos, podendo durante a vigência da ata haver solicitações para eventos distintos;

9.19. Observar o dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas;

9.20. Garantir que todos os profissionais alocados para a execução dos serviços possuam as certificações e treinamentos necessários exigidos pela legislação aplicável, apresentando comprovantes quando solicitado pela Administração;

9.21. Assegurar que todos os equipamentos utilizados na prestação dos serviços estejam em conformidade com as normas técnicas vigentes, realizando manutenções preventivas e corretivas quando necessário;

9.22. Submeter-se à supervisão e fiscalização da Administração durante a execução dos serviços, facilitando o acesso do fiscal do contrato às instalações e registros necessários para a verificação do cumprimento das obrigações contratuais;

9.23. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatórios detalhados sobre a execução dos serviços, contendo informações sobre a mão de obra utilizada, materiais empregados e o cumprimento do cronograma;

9.24. Adotar medidas imediatas para correção de eventuais falhas apontadas pela fiscalização, garantindo que os serviços sejam executados de acordo com os padrões de qualidade exigidos;

9.25. Zelar pela integridade e segurança das informações manipuladas durante a execução dos serviços, implementando medidas de proteção de dados conforme a legislação vigente, incluindo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

9.26. Garantir que todos os procedimentos operacionais sigam as normas técnicas e de segurança estabelecidas pela Administração, com especial atenção para a proteção de bens e pessoas;

9.27. Manter um canal de comunicação direto com a Administração para reportar qualquer ocorrência, dúvida ou necessidade de esclarecimento, assegurando uma resposta rápida e eficiente;

9.28. Respeitar as políticas de sustentabilidade e responsabilidade ambiental adotadas pela Administração, garantindo que todos os resíduos gerados durante a execução dos serviços sejam descartados de maneira adequada e em conformidade com as normas ambientais;

9.29. Assegurar que qualquer subcontratação necessária para a execução do contrato seja previamente aprovada pela Administração, garantindo que os subcontratados cumpram as mesmas exigências de qualificação e responsabilidade;

9.30. Os vencedores dos equipamentos deverão fornecer treinamento técnico e garantia mínima de 12 (doze), meses com manutenção preventiva e corretiva.

10. GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.5. fraudar a licitação

11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS



- 11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 11.2.1. advertência;
- 11.2.2. multa;
- 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de depósito em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do § 4º do art. 44, §4º do Decreto Municipal n.º 3.970, de 2024.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



MUNICÍPIO DE NAZARENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO:

12.1. A proponente se compromete a garantir a total qualidade do produto, devendo, ainda, promover a substituição imediata e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente fora das especificações ou defeituoso ou trocado por outro que não seja o proposto na licitação.

12.2. Os materiais a serem entregues deverão ser de primeira qualidade e deverão obedecer inteiramente aos requisitos e padrões mínimos exigidos por órgãos fiscalizadores.

12.3. Os produtos serão recebidos provisoriamente e somente serão considerados recebidos definitivamente, se no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega dos materiais, não houver qualquer problema que prejudique o correto recebimento deles.

12.4. Havendo restrição no recebimento definitivo do produto, o Município poderá exigir a imediata substituição do produto em desconforme, que deverá ocorrer no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sob pena de aplicação de multa em caso de descumprimento ou recusa na substituição.

12.5. Os Objetos serão fiscalizados por Servidor do Município, o qual terá a função de verificar se os objetos estão de acordo com as exigências licitadas, bem como se estão em perfeitas condições de uso.

13. DA EXTINÇÃO CONTRATO

13.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

13.1.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

13.1.2. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

13.1.3. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

13.1.4. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

13.1.5. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

13.1.6. Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

13.1.7. Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

13.1.8. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

13.1.9. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

13.2. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

13.2.1. Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido nesta Lei;

13.2.2. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

13.2.3. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

13.2.4. Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

13.2.5. Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

13.3. Os emitentes das garantias previstas no art. 96 desta Lei deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

13.4. A extinção do contrato poderá ser:

13.4.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

13.4.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

13.4.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS



13.5. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

13.6. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

13.6.1. Devolução da garantia;

13.6.2. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

13.6.3. Pagamento do custo da desmobilização.

13.7. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

13.7.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

13.7.2. Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

13.7.3. Execução da garantia contratual para:

13.7.3.1. Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

13.7.3.2. Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

13.7.3.3. Pagamento das multas devidas à Administração Pública;

13.7.3.4. Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

13.8. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos do município do ano corrente.

15. DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. PUBLICAÇÃO:

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. DO FORO

18.1. As partes elegem o foro da CONTRATANTE, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para toda e qualquer ação oriunda do presente contrato e que não possa ser resolvida de comum acordo entre as mesmas.

E, por assim estarem justas e contratadas as partes, mutuamente obrigadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Nazareno, ____ de _____ de 2026.

Prefeitura Municipal de Nazareno
Diego Freitas Alvarenga



MUNICÍPIO DE NAZARENO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Contratante

Nome Empresa
Nome do representante
Detentora

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF: